

PRODUÇÃO
DE PETRÓLEO
POR UMA EMPRESA
PRIVADA BRASILEIRA.

UM MARCO PARA A OGX.
UM MARCO PARA O BRASIL.

A OGX, empresa de exploração e produção de óleo e gás natural do Grupo EBX, inicia 2012 tendo alcançado um marco histórico: o início da sua produção de petróleo na Bacia de Campos. Essa conquista foi obtida apenas dois anos após as primeiras descobertas nesta bacia: um prazo recorde na indústria do petróleo mundial e que demonstra a capacidade do Grupo EBX de entregar resultados.

Criada há menos de cinco anos, a OGX já conduz a maior campanha exploratória privada do Brasil, com 47 poços perfurados em 2011 e 87 desde o início de suas atividades operacionais, em setembro de 2009, mantendo uma taxa de sucesso superior a 90%.

A OGX é a empresa privada do setor de óleo e gás que mais investe no Brasil. Atualmente, conta com 6.000 profissionais atuando em suas atividades e 350 colaboradores próprios, parte deles responsável pelas principais descobertas já realizadas no Brasil nas últimas duas décadas. Com uma visão empreendedora, portfólio único e elevada capacidade de financiamento, a OGX está se posicionando como uma líder global de exploração e produção de petróleo preparada para trazer ainda mais desenvolvimento para o Brasil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DEZEMBRO DE 2011

Senhores Acionistas,

A Administração da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. ("OGX" ou "Companhia"), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

1. Mensagem da Administração

A OGX vem quebrando paradigmas desde que foi criada, há pouco mais de quatro anos, e estabelecendo novos parâmetros para a indústria do petróleo mundial. Foi assim com nossa produção de petróleo, iniciada pouco mais de dois anos após a descoberta de Waimea, que coroou todos os esforços que empreendemos ao longo de 2011. Ninguém ousou tanto quanto a OGX e os resultados não demoraram a aparecer: descobertas de bilhões de barris em Campos, Santos e Parnaíba, produção em ritmo intenso em Waimea (Bacia de Campos), primeiros contratos de comercialização assinados. Com uma visão empreendedora e objetiva e um portfólio único nos tornamos uma referência global no setor de E&P, executando com sucesso as nossas operações e demonstrando elevada capacidade de financiamento para o futuro desenvolvimento de nosso portfólio. Nosso objetivo de longo prazo é desenvolver uma companhia líder de petróleo e gás que contribua significativamente para o desenvolvimento do país.

Alcançamos diversos marcos importantes durante o ano de 2011 e início de 2012. No lado exploratório, perfuramos um total de 47 poços incluindo pioneiros, de delimitação e de produção e avançamos no conhecimento das nossas acumulações, entre elas a primeira descoberta de reservatório do Pré-sal nas águas rasas em Santos. Produzimos o nosso primeiro óleo com sólida execução e comercializamos o mesmo com ótimo preço de mercado. Além disso, captamos US\$ 2,6 bilhões através de nossa primeira emissão de títulos de dívida, possibilitando a continuidade do desenvolvimento de nossas descobertas. Vemos 2012 como um ano importante para alcançarmos uma produção estável no primeiro poço produtor, iniciarmos as declarações de comercialidade das nossas acumulações na bacia de Campos e aumentarmos nossa produção com mais dois poços produtores conectados ao FPSO OSX-1 até meados do ano.

Além das importantes conquistas na bacia de Campos em 2011, a OGX realizou importantes desenvolvimentos nas bacias de Santos e Parnaíba. Após os bem sucedidos testes de formação nas acumulações de Natal e Maceió, a OGX confirmou a descoberta de reservatório do Pré-sal com hidrocarbonetos nas águas rasas da bacia de Santos, reforçando o enorme potencial das bacias sedimentares brasileiras. Na bacia do Parnaíba declaramos comercialidade de duas acumulações no ano passado e já estamos com 10 poços exploratórios perfurados. Esperamos iniciar a produção nesta bacia no segundo semestre desse ano, com uma capacidade de produção disponível estimada em aproximadamente 6 milhões de m³ por dia em 2013, quando os projetos termoeletrônicos entram em operação comercial.

Ao longo de 2012, avançaremos na campanha de delimitação do nosso portfólio, iniciaremos a perfuração em áreas ainda não exploradas e manteremos foco contínuo na maximização da geração de caixa dos ativos existentes.

1.1. Destaques do ano de 2011 e eventos subsequentes:

- Atualização do potencial do portfólio da Companhia para 10,8 bilhões de boe de recursos potenciais líquidos, a partir de novas estimativas para Campos, Parnaíba e inclusão das primeiras estimativas para as bacias na Colômbia.
- Captação de recursos financeiros no valor de US\$ 2.563 bilhões através de uma emissão de títulos de dívida no exterior, que nos proporcionou significativa flexibilidade financeira.
- Perfuração de 47 poços neste ano, entre poços pioneiros, de delimitação e produção nas bacias de Campos, Santos, Parnaíba e Espírito Santo.
- Teste de formação, obtenção de licenças e preparação do poço OGX-26HP para início da produção.
- Chegada da primeira unidade de produção, FPSO OSX-1, ao Brasil no início de outubro.
- Início de produção na acumulação de Waimea em janeiro de 2012.
- Assinatura do contrato de comercialização do primeiro óleo da OGX com a Shell, precificado a um desconto de US\$ 5,50 para o Brent (preço referência de mercado).
- Realização de testes de formação na bacia de Santos nas acumulações de Maceió (OGX-47) e Natal (OGX-11D), ambos apresentando excelentes resultados.
- Descoberta de hidrocarbonetos em reservatório microbial do Pré-sal em águas rasas na bacia de Santos (poço pioneiro OGX-63, denominado Fortaleza).
- Declaração de comercialidade e início do desenvolvimento de dois campos de gás, Gavião Real e Gavião Azul, na bacia do Parnaíba, já com a perfuração de 6 poços produtores.
- Aquisição de 50% de participação no bloco PN-T-102, na bacia do Parnaíba, através da OGX Maranhão e assunção da operação.
- Captação de R\$ 600 milhões através da OGX Maranhão para o desenvolvimento dos campos de Gavião Real e Gavião Azul, na bacia do Parnaíba.
- Aquisição de 20% de participação da Maersk nos blocos BM-C-37 e BM-C-38 na bacia de Campos, assumindo a operação.

1.2. Bacia de Campos

O ano de 2011 foi marcado por grandes conquistas na bacia de Campos, tanto em relação à evolução de nossa campanha exploratória quanto ao início da produção de nosso primeiro óleo na acumulação de Waimea.

Destaques da Campanha Exploratória

Durante o ano de 2011, intensificamos nossa campanha exploratória na bacia de Campos, tendo perfurado 31 poços, dentre eles 5 poços pioneiros, 21 de delimitação e 5 horizontais produtores. Realizamos importantes descobertas ao longo do ano, como as acumulações de Carambola B (MRK-5), Osorno (OGX-31) e Tambora (OGX-52).

O grande foco de nossa campanha foi a delimitação de nossas descobertas na bacia. Importantes resultados foram alcançados nas acumulações de Waimea, Waikiki, Pipeline, Ilimitani, Fuji, Ingá, Osorno, Tambora e Peró. Os resultados da campanha de delimitação foram de extrema importância para mapearmos as diferentes acumulações assim como ganharmos confiança da nossa visão geológica da bacia. Em 2012 seguiremos na delimitação dos blocos que detemos 100% de participação e, principalmente, aceleraremos na perfuração nos dois blocos em que recentemente aumentamos a participação e que nos tornamos operadores (BM-C-37 e BM-C-38).

Com a transferência da operação para a OGX, usaremos nossa estrutura operacional para perfurar cerca de 6 poços nos blocos BM-C-37 e BM-C-38, visando confirmar a extensão de acumulações descobertas e testar a existência de prospectos ainda não perfurados. Realizaremos todos os estudos e testes que se fizerem necessários para convertermos nossos recursos em reservas.

Destaques do Início da Produção em Waimea

Preparação para a Produção:

Após a descoberta da acumulação de Waimea através do poço OGX-3, em dezembro de 2009, iniciamos os preparativos rumo à produção de nosso primeiro óleo. Durante os últimos dois anos, estivemos focados na campanha de delimitação da acumulação e após realizarmos importante teste de formação no poço horizontal OGX-26HP em janeiro de 2011, iniciamos o processo de contratação de todos os equipamentos necessários à produção. Em meados de 2011, realizamos uma audiência pública e em setembro nos foram concedidas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA as licenças prévia e de instalação. Com as licenças em mãos, iniciamos a instalação dos equipamentos submarinos no poço OGX-26HP, utilizando o barco Aker Wayfarer, que também instalou o sistema de ancoragem do FPSO OSX-1. Instalamos com sucesso todos os equipamentos submarinos (estacas, cabos e amarras e arco flutuante submerso).

A bóia (*turret* desconectável) foi então mobilizada para a locação, para que pudéssemos iniciar a sua instalação e o processo de conexão da mesma às amarras. Em seguida, lançamos as linhas flexíveis e o umbilical e conectamos a árvore de natal molhada à bóia. Em dezembro de 2011, com a bóia ancorada, aguardamos a chegada do FPSO OSX-1 à locação para a execução do *hook up* da bóia.

No início de janeiro de 2012, recebemos do IBAMA a última licença necessária (LO), autorizando a operação da Unidade FPSO OSX-1 e respectivas estruturas submarinas referentes ao Teste de Longa Duração e Desenvolvimento da Produção de Waimea. O FPSO OSX-1, que chegou ao Brasil em outubro de 2011, passou por processos finais de comissionamento e vitorias antes de ser liberado para operação na acumulação de Waimea. Em meados de janeiro, finalizamos o processo de conexão da bóia ao FPSO OSX-1 e, em 31 de janeiro de 2012, iniciamos a produção do primeiro óleo através do Teste de Longa Duração, em pouco mais de dois anos após a descoberta da acumulação de Waimea, tempo recorde visto pela indústria.

Os desafios dessa operação e a complexidade associada ao projeto representaram uma importante experiência que contribuirá para a execução dos projetos futuros de forma ainda mais eficiente.

Performance da Produção:

Desde o início do TLD, em 31 de janeiro de 2012, foi possível constatar não só uma alta performance operacional, com todos os equipamentos funcionando adequadamente no FPSO OSX-1 e no poço OGX-26HP (bomba centrífuga submersa), assim como o bom comportamento do reservatório. Testamos diferentes níveis de vazão entre 10 e 18 mil barris por dia buscando avaliar o comportamento do reservatório, de forma a determinar a vazão ótima de produção.

Durante o mês de fevereiro obtivemos média de produção de 11,1 mil barris por dia e eficiência operacional de 94%, excelente para o primeiro mês de uma planta de processo em início de operação. Estimamos manter a produção desse poço em níveis entre 10 e 13 mil barris por dia durante os próximos meses, sem contemplar ainda a injeção de água no reservatório.

Estratégia de Declaração de Comercialidade e Próximos Passos:

Estimamos declarar a comercialidade de Waimea após a obtenção de dados adicionais e conclusivos do reservatório, o que deve ocorrer ainda durante o segundo trimestre. Na sequência, o Plano de Desenvolvimento de Waimea será submetido à Agência Nacional do Petróleo Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e, assim que aprovado, esperamos conectar os dois poços horizontais adicionais que devem elevar a produção para níveis em torno de 40-50 kbpd ao final de 2012.

O início do TLD de Waimea é um marco para a OGX e sinaliza o início de um novo ciclo com a comercialização de nossos recursos, com a primeira carga de 600 mil barris prevista para ser entregue para a Shell no final de março de 2012, e o início da geração de caixa da Companhia.

Alcançamos a posição de primeira operadora privada brasileira a produzir petróleo *offshore* no Brasil, o que representa um grande feito para uma Companhia que possui pouco mais de quatro anos de história. A acumulação de Waimea, que foi descoberta em dezembro de 2009, é a primeira a iniciar a produção pela OGX na bacia de Campos, devendo ser seguida por Waikiki já em 2013, intensificando o desenvolvimento da região.

Visão para Produção em 2013:

Para dar continuidade ao crescimento da produção da OGX, receberemos mais dois FPSOs, OSX-2 e OSX-3 em meados de 2013. Ambos já estão sendo construídos em Cingapura pela SBM e Modec, respectivamente. Os projetos encontram-se dentro do cronograma estimado com aproximadamente 30% em média das obras já concluídas e com financiamentos já assegurados.

Com o propósito específico de apoiar a OSX no financiamento do FPSO OSX-3, que será utilizada no complexo de Waikiki, a OGX contratou a empresa DeGolyer and MacNaughton - D&M para certificar os recursos da acumulação de Waikiki. Diferentemente dos relatórios anteriores que eram segregados por bacias sedimentares, este tinha por escopo apenas uma acumulação da bacia de Campos, resultando na certificação dos recursos contingentes desta acumulação em 212 mboe (2C) e 302 mboe (3C).

1.3. Bacia do Parnaíba

O ano de 2011 também foi de grandes realizações na bacia do Parnaíba com a perfuração de diversos poços pioneiros e de delimitação bem como o início do desenvolvimento da produção de dois campos de gás nessa bacia. Destacamos que durante a campanha exploratória, ainda em curso, perfuramos 10 poços pioneiros e de delimitação. Já foram descobertas quatro acumulações, tendo sido duas delas já declaradas comerciais.

Desenvolvimento de Gavião Real e Gavião Azul:

Em 2011, apresentamos à ANP as declarações de comercialidade dos campos de Gavião Real e de Gavião Azul, os dois primeiros campos de gás natural desenvolvidos pela OGX. A OGX estima que esses projetos sejam capazes de sustentar uma capacidade de produção disponível de aproximadamente 6 milhões de m³/dia a partir de 2013.

Iniciamos o desenvolvimento da produção com a perfuração do primeiro poço produtor do campo de Gavião Real, GVR-1D, onde, em setembro de 2011, realizamos um teste de formação, identificando gás seco e um excelente potencial produtivo de 5,0 milhões de m³/dia em abertura total (*Absolute Open Flow*). Até o momento, perfuramos mais 5 poços produtores (GVR-2D; GVR-3D; GVR-4D; GVR-5D e; GVR-6D) na bacia.

Em novembro de 2011, realizamos duas audiências públicas e já obtivemos as licenças prévia e de instalação concedidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão (SEMA/MA), que nos permitiram iniciar a implementação da Unidade de Tratamento de Gás Natural - UTG do projeto. Nesse contexto, celebramos o contrato de EPC (*Engineering, Procurement & Construction*) para o projeto de construção e montagem da unidade de tratamento de gás e sistema de coleta no Parnaíba com o consórcio Valerus-Geogas, que será responsável por toda a instalação de superfície e pela planta de processamento de gás do projeto.

As obras civis já foram iniciadas na região, como a abertura de faixas de servidão, por onde irão passar os gasodutos que irão escoar a produção de gás, e a construção da UTG. Este projeto fornecerá gás natural para o Complexo Termelétrico MPX Parnaíba, associação entre a MPX Energia e Petra Energia S.A., ambas parceiras da OGX nesta bacia. Atualmente, a capacidade total contratada do Complexo já alcança 1,5 GW e ressalta as sinergias entre OGX e MPX.

A MPX, por sua vez, já possui contratos EPC para implantação do Complexo Termelétrico MPX Parnaíba, que inclui Parnaíba-Fase I e Parnaíba-Fase II. A MPX também já assegurou o fornecimento das turbinas para o complexo com a GE Energy. Três das seis turbinas encomendadas já foram enviadas ao Brasil.

Financiamento do Projeto:

Em janeiro de 2012, a OGX Maranhão realizou a captação de R\$ 600 milhões para financiar o desenvolvimento dos campos de Gavião Real e Gavião Azul, na bacia do Parnaíba. Esse financiamento tem como objetivo suprir as necessidades de caixa da OGX Maranhão para o desenvolvimento desse primeiro projeto nesta bacia, incluindo a perfuração de poços e construção da UTG e de outras facilidades.

Aquisição de Novo Bloco e Foco para 2012:

Ainda em 2011, como forma de expandir nossa atuação na bacia do Parnaíba, adquirimos 50% de participação em mais um bloco exploratório na bacia, PN-T-102, através de nossa subsidiária OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A., que passa a ser operadora desse bloco. Com esta nova concessão, a OGX Maranhão passou a deter participação em oito blocos exploratórios terrestres na bacia do Parnaíba, com área total superior a 24.500 km². Essa aquisição reforça nosso posicionamento na região após a perfuração de poços exploratórios bem sucedidos.

Atualmente, possuímos duas sondas de perfuração em operação, perfurando poços produtores e três equipes sísmicas que respondem por mais de 1.000 pessoas trabalhando na região. Além disso, contratamos uma terceira sonda terrestre, recém construída pela BCH Energy Services que se encontra em mobilização. Dessa forma, além de mantermos o foco na delimitação e desenvolvimento dos nossos dois campos atuais, avançaremos com a perfuração de novos prospectos já mapeados em nossa extensa área de concessão.

1.4. Bacia de Santos

Ao longo de nossa campanha exploratória nesta bacia, perfuramos 11 poços. Neste ano obtivemos importantes e conclusivos resultados, confirmando o grande potencial dessa área. Concluímos a perfuração do poço OGX-30, na acumulação de Salvador, que comprovou um novo *play* em carbonatos fraturados de idade albiana, com expressiva coluna de gás e uma grande área estruturada. Posteriormente, perfuramos o poço OGX-63, na acumulação de Fortaleza, onde identificamos reservatórios na seção albiana e também na seção aptiana (Pré-sal).

Descoberta no Pré-sal em Águas Rasas:

A perfuração do poço pioneiro na acumulação de Fortaleza, OGX-63, além de identificar uma coluna com hidrocarbonetos de cerca de 1.000 metros em reservatórios albianos e *net pay* de aproximadamente 110 metros, confirmou a existência de reservatórios microbiais no Pré-sal com hidrocarbonetos em águas rasas, ou seja, o mesmo tipo de rocha-reservatório encontrada até então apenas no Pré-sal de águas profundas e ultra-profundas das bacias de Santos e Campos. O poço foi perfurado até a profundidade de 6.135 metros, até a ocorrência de um "*kick*", com hidrocarbonetos, indicando a presença de reservatórios com boas condições de permo-porosidade e alta pressão. Até o momento, foi verificada uma coluna de aproximadamente 150 metros. Em virtude das altas pressões encontradas, a perfuração foi temporariamente interrompida para que possamos dar continuidade à perfuração com a sonda Ocean Star, da atual frota da OGX, que possui configuração mais apropriada para as operações, e que deverá incluir perfilagem e possivelmente a realização de pelo menos um teste de formação até meados de 2012.

Essa descoberta do Pré-sal em águas rasas da bacia de Santos é de extrema importância para a OGX, pois representa uma nova perspectiva para o potencial da bacia e reforça nossa visão de intensificar a campanha exploratória, através da condução de testes complementares e da perfuração de mais poços de delimitação com o intuito de avaliar os volumes e os tipos de hidrocarbonetos existentes na área.

Testes de formação e campanha de delimitação:

Realizamos dois testes de formação na bacia, nas acumulações de Maceió (OGX-47) e Natal (OGX-11D), que apresentaram excelentes potenciais produtivos em reservatórios areníticos, confirmando a presença de gás e condensado de aproximadamente 50° e 47° API, respectivamente, oferecendo mais informações para o estudo de desenvolvimento desta bacia. No momento estamos perfurando o poço, OGX-74, na acumulação de Natal, que continua em andamento.

1.5. Bacia do Espírito Santo

Iniciamos, em novembro de 2011, nossa campanha exploratória na bacia do Espírito Santo, com a perfuração dos primeiros dois poços na região. Em conjunto com a Perenco, operadora e parceira nesta bacia, concluímos a perfuração dos poços PERN-1 e PERN-2, nos prospectos Morige e Guarapari, respectivamente.

Os dois primeiros poços perfurados na região foram realizados em cumprimento aos compromissos do Programa Exploratório Mínimo (PEM) com a ANP. No segundo semestre de 2012, devemos retomar as perfurações nessa região nos blocos mais ao sul do nosso portfólio, onde o sistema petrolífero esperado é similar ao restante da bacia, diferentemente do sistema encontrado nos blocos do norte, onde perfuramos.

1.6. Demais Destaques Exploratórios

O cronograma de perfuração de poços exploratórios (pioneiros e de delimitação) foi reavaliado contemplando a perfuração de um total de 26 poços em 2012, frente aos 19 originalmente previstos, além de 19 poços para 2013, contra os 4 previstos anteriormente. O número total de poços durante toda a campanha exploratória até 2013 foi alterado para 121 poços, devido ao somatório do número total de poços já perfurados e a atualização dos anos de 2012 e 2013. Tal aumento é resultado da elevada taxa de sucesso na perfuração dos poços pioneiros, que leva a Companhia a intensificar a campanha de delimitação das acumulações descobertas.

A tabela abaixo traz o cronograma de perfurações vigente:

Poços Pioneiros + Delimitação	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Bacia de Campos	5	18	31	12	2	68
Bacia de Santos	1	6	3	4	1	15
Bacia do Espírito Santo	0	0	2	1	2	5
Bacia do Pará-Maranhão	0	0	0	2	3	5
Bacia do Parnaíba	0	2	8	6	8	24
Colômbia	0	0	0	1	3	4
Total	6	26	44	26	19	121

1.7. Próximos Eventos

A OGX tem em vista importantes eventos esperados para os próximos meses, sendo eles: (i) continuação da campanha de exploração e delimitação, nas bacias de Campos, Santos e Parnaíba; (ii) declaração de comercialidade e apresentação do Plano de Desenvolvimento de Waimea à ANP; (iii) interligação de poços horizontais produtores adicionais em Waimea e aumento da produção; (iv) continuação da perfuração de poços de desenvolvimento em Parnaíba; (v) resultado de testes de formação em Santos; (vi) Início de perfuração em Cesar-Ranchería na Colômbia e; (vii) possível nova rodada da ANP, no Brasil, e participação da rodada da ANH, na Colômbia.

2. Desempenho Financeiro

A Companhia encerrou o ano com uma sólida posição em caixa de R\$ 5,5 bilhões (equivalente a US\$ 2,9 bilhões), resultado do nosso comprometimento com a execução do plano de negócios e eficiência da gestão dos nossos recursos.

Em milhares de reais

Principais Contas	31/12/2011	31/12/2010	Variação
Resultado Financeiro Líquido	6.120	258.506	(252.386)
<i>Receita Financeira</i>	2.531.222	694.411	1.836.811
<i>Despesa Financeira</i>	(2.525.102)	(435.905)	(2.089.197)
Despesas com Exploração	(425.830)	(97.841)	(327.989)
Despesas Gerais e Administrativas	(308.164)	(319.072)	10.908
Impostos	217.989	22.882	195.107
Resultado do período	(509.885)	(135.525)	(374.360)
<i>Atribuído aos acionistas não controladores</i>	(27.720)	(12.048)	(15.672)
<i>Atribuído aos acionistas controladores</i>	(482.165)	(123.477)	(358.688)

Principais Contas	31/12/2011	31/12/2010	Variação
Intangível + imobilizado	7.685.507	4.617.042	3.068.465
Disponibilidades*	5.458.780	4.788.166	670.614
Empréstimos e Financiamentos	(4.772.414)	-	(4.772.414)

*Caixa e equivalentes de caixa + Títulos e valores mobiliários + Depósitos vinculados

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido no exercício foi positivo em R\$ 6,1 milhões, derivado principalmente dos seguintes itens: (i) receita de aplicações financeiras no valor de R\$ 383 milhões; (ii) efeito positivo da marcação a mercado dos derivativos de R\$ 234,7 milhões; (iii) perdas líquidas realizadas com instrumentos financeiros derivativos associados ao hedge cambial de R\$ 358,3 milhões; (iv) despesas com juros de financiamento no valor de R\$ 196,6 milhões e; (v) Efeito negativo de R\$ 71,6 milhões gerado pela variação cambial líquida das aplicações de recursos e financiamentos em moeda estrangeira.

Despesas com Exploração

As despesas com exploração passaram de R\$ 97,8 milhões em 2010 para R\$ 425,8 milhões em 2011. Esse valor é explicado por: (i) campanha exploratória nas bacias de Campos, Santos, Parnaíba e Espírito Santo com gastos totais de R\$ 189,8 milhões; (ii) baixas dos custos associados a quatro poços considerados não comerciais, sendo um na bacia de Campos (OGX-58DP) e três na bacia de Parnaíba (OGX-49, OGX-57 e OGX-66), totalizando R\$ 40,4 milhões e; (iii) baixa dos gastos incorridos com a mobilização da campanha exploratória na bacia do Pará-Maranhão no valor de R\$ 195,6 milhões. Em janeiro de 2011, com a perspectiva de obtenção da licença no curto prazo, foram contratados barcos de apoio, helicópteros, sonda e outros equipamentos e prestadores de serviços. Em paralelo, buscamos junto ao IBAMA a obtenção das licenças ambientais necessárias para início de perfuração. Como até o quarto trimestre de 2011 a licença não havia sido emitida, devido à solicitação feita pelo IBAMA de informações complementares ao Estudo de Impacto Ambiental elaborado para a bacia, a administração da Companhia optou por desmobilizar os equipamentos e profissionais envolvidos e não mais incorrer nesses custos até que a licença fosse concedida. Por este motivo, daremos continuidade ao processo de licenciamento para que possamos iniciar nossa campanha exploratória o quanto antes em nossos blocos desta bacia, para os quais solicitamos uma suspensão do período exploratório junto à ANP até que a licença seja liberada.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas passaram de R\$ 319,1 milhões em 2010 para R\$ 308,1 milhões em 2011. A variação positiva de R\$ 11,0 milhões é explicada, sobretudo, por: (i) redução das despesas associadas aos planos de opções de ação; parcialmente compensada pelo: (ii) aumento das despesas de pessoal, decorrente do aumento do quadro de colaboradores e; (iii) pelo aumento das despesas de escritório.

Prejuízo

Registramos no exercício de 2011 um prejuízo de R\$ 509,9 milhões contra R\$ 135,5 milhões no exercício anterior. O resultado decorre de quatro fatores: (i) aumento das despesas com exploração em R\$ 328 milhões; (ii) redução da receita financeira líquida em R\$ 252,4 milhões; compensados parcialmente: (iii) pela diminuição das despesas administrativas em R\$ 10,9 milhões, e (iv) pelo aumento do crédito tributário líquido em R\$ 195,1 milhões.

Intangível e imobilizado

O intangível e o imobilizado representam, sobretudo, os gastos capitalizáveis ocorridos durante as fases de exploração e desenvolvimento, e incluem os gastos relativos à aquisição dos direitos de concessão, campanhas de perfuração e aquisição de equipamentos de E&P. O aumento do saldo no período foi de aproximadamente R\$ 3,1 bilhões, e está associado à intensificação da nossa campanha de perfurações, com 47 poços perfurados em 2011 contra 26 em 2010.

Disponibilidades

O Caixa consolidado da Companhia e de sua controlada totalizou cerca de R\$ 5,5 bilhões, equivalente a US\$ 2,9 bilhões, o suficiente para suportar nossa campanha exploratória e desenvolvimento inicial da produção. O rendimento das aplicações financeiras em renda fixa no país e no exterior foi de R\$ 383,0 milhões. A taxa média das aplicações financeiras no Brasil foi de 12% a.a., correspondente a 103,5% do CDI, e 2,29% a.a. no exterior.

3. Gestão de Pessoas

A OGX encerrou o quarto trimestre de 2011 com 334 colaboradores próprios e 5.755 terceirizados, responsáveis pela condução de todas as atividades administrativas, de exploração e produção de petróleo, representando um aumento de 40% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O trabalho e empenho destes 6.089 colaboradores fizeram da OGX a empresa brasileira de óleo e gás natural responsável pela maior campanha exploratória privada no Brasil. Todo esforço dedicado por esta equipe se traduziu em mais um período de importantes conquistas que entraram para a história da Companhia.

Nossa equipe é formada por profissionais com vasta experiência no setor de óleo e gás, além de jovens de grande potencial formados nas melhores universidades do país. Através de nossa estratégia de contratação de renomados fornecedores mundiais para a condução de atividades operacionais, mantivemos uma estrutura enxuta de alta performance focada na excelência gerencial.

4. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

5. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM Nº 381/2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Empresa, prestou serviços não-relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2011. Este serviço foi de Assessoria Fiscal Permanente, contratado até Julho de 2012, totalizando cerca de R\$ 180.000,00 em 2011. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente buscamos avaliar o conflito de interesse com trabalhos de não-auditoria, com base no seguinte: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

As Demonstrações Financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

6. Aderência à Câmara de Arbitragem

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração se obriga a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da Bovespa, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

Balancos Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	458.170	3.094	5.367.451	4.080.107
Títulos e valores mobiliários	6	313	73.260	52.290	73.260
Depósitos vinculados	7	37.195	634.799	39.039	634.799
Impostos e contribuições a recuperar	12	22.771	45.605	78.137	279.334
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	8.879	-
Outros créditos		7.744	6.099	27.934	16.008
		<u>526.193</u>	<u>762.857</u>	<u>5.573.730</u>	<u>5.083.508</u>
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Estoques	8	-	-	390.071	223.793
Impostos e contribuições a recuperar	12	23.943	-	278.810	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	282.693	45.640
Adiantamentos com partes relacionadas	13	-	-	139.386	18.551
Investimentos	9	8.281.048	8.467.877	-	-
Imobilizado	10	-	-	276.856	27.624
Intangível	11	-	-	7.408.651	4.589.418
		<u>8.304.991</u>	<u>8.467.877</u>	<u>8.776.467</u>	<u>4.905.026</u>
		<u>8.831.184</u>	<u>9.230.734</u>	<u>14.350.197</u>	<u>9.988.534</u>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	14	1.074	502	431.931	446.907
Impostos e contribuições a recolher	12	14.558	14.826	26.070	23.643
Salários e encargos trabalhistas		-	-	54.507	29.208
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	22.301	-
Instrumentos financeiros derivativos	24	-	-	-	225.794
Contas a pagar com partes relacionadas	13	-	-	96.692	-
Outras contas a pagar	16	992	261	87.807	11.426
		<u>16.624</u>	<u>15.589</u>	<u>719.308</u>	<u>736.978</u>
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	4.750.113	-
Contas a pagar com partes relacionadas	13	-	-	-	11.758
Provisão para abandono	17	-	-	11.743	-
		-	-	<u>4.761.856</u>	<u>11.758</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	18	8.810.307	8.806.451	8.810.307	8.806.451
Reservas de capital	18	274.109	224.256	274.109	224.256
Reservas de lucros	18	-	185.586	-	185.586
Ajustes acumulados de conversão	18	19.588	(1.148)	19.588	(1.148)
Prejuízos acumulados		(289.444)	-	(289.444)	-
Atribuído a participação dos acionistas controladores		<u>8.814.560</u>	<u>9.215.145</u>	<u>8.814.560</u>	<u>9.215.145</u>
Participações de acionistas não controladores		-	-	54.473	24.653
		<u>8.814.560</u>	<u>9.215.145</u>	<u>8.869.033</u>	<u>9.239.798</u>
		<u>8.831.184</u>	<u>9.230.734</u>	<u>14.350.197</u>	<u>9.988.534</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto pelo lucro por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com exploração	11	-	-	(425.830)	(97.841)
Administrativas e gerais	20	(54.858)	(35.305)	(308.164)	(319.072)
		(54.858)	(35.305)	(733.994)	(416.913)
Resultado de equivalência patrimonial		(483.858)	(143.063)	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		<u>(538.716)</u>	<u>(178.368)</u>	<u>(733.994)</u>	<u>(416.913)</u>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	75.848	77.833	2.531.222	694.411
Despesas financeiras	21	(233)	(184)	(2.525.102)	(435.905)
		75.615	77.649	6.120	258.506
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(463.101)</u>	<u>(100.719)</u>	<u>(727.874)</u>	<u>(158.407)</u>
Imposto de renda e contribuição social	12	(19.064)	(22.758)	217.989	22.882
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>(482.165)</u>	<u>(123.477)</u>	<u>(509.885)</u>	<u>(135.525)</u>
Atribuído aos acionistas não controladores:		-	-	(27.720)	(12.048)
Atribuído aos acionistas controladores:		<u>(482.165)</u>	<u>(123.477)</u>	<u>(482.165)</u>	<u>(123.477)</u>
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R\$)	27	(0,14911)	(0,03820)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Prejuízo do exercício	(482.165)	(123.477)	(509.885)	(135.525)
Ajustes acumulados de conversão	20.736	(1.148)	20.736	(1.148)
Total do resultado abrangente	<u>(461.429)</u>	<u>(124.625)</u>	<u>(489.149)</u>	<u>(136.673)</u>
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(27.720)	(12.048)
Participação dos acionistas controladores	(461.429)	(124.625)	(461.429)	(124.625)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Insumos adquiridos de terceiros				
Gastos com exploração	-	-	(425.830)	(97.841)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(53.202)	(33.400)	(77.129)	(78.363)
Valor adicionado bruto	<u>(53.202)</u>	<u>(33.400)</u>	<u>(502.959)</u>	<u>(176.204)</u>
Depreciação e amortização				
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(53.202)	(33.400)	(16.622)	(5.473)
Valor adicionado em transferência			(519.581)	(181.677)
Resultado de equivalência patrimonial	(483.858)	(143.063)	-	-
Receitas financeiras líquidas	75.615	77.649	6.120	258.506
	<u>(408.243)</u>	<u>(65.414)</u>	<u>6.120</u>	<u>258.506</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>(461.445)</u>	<u>(98.814)</u>	<u>(513.461)</u>	<u>76.829</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Pessoal e encargos	1.656	1.905	214.413	235.236
Tributos				
Impostos, taxas e contribuições	19.064	22.758	(217.989)	(22.882)
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas não controladores	-	-	(27.720)	(12.048)
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas controladores	(482.165)	(123.477)	(482.165)	(123.477)
Valor adicionado total distribuído	<u>(461.445)</u>	<u>(98.814)</u>	<u>(513.461)</u>	<u>76.829</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício					
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		(482.165)	(123.477)	(509.885)	(135.525)
Depreciação do imobilizado	10	-	-	10.442	5.473
Resultado de equivalência patrimonial	9	483.858	143.063	-	-
Opções de ações	19 e 20	-	-	56.988	146.034
Baixas de poços secos/subcomerciais	11	-	-	236.055	-
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	10	-	-	114	-
Receita líquida de MTM dos instrumentos financeiros derivativos	21	-	-	(234.673)	(74.963)
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos e sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	231.240	-
Juros/encargos sobre financiamento	21	-	-	196.609	-
Amortização dos custos de captação	21	-	-	6.180	-
Redução (aumento) de imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	(237.053)	(45.640)
Outros		(3)	-	-	-
Caixa gerado (consumido) nas operações		<u>1.690</u>	<u>19.586</u>	<u>(243.983)</u>	<u>(104.621)</u>
Redução (aumento) de outros créditos e partes relacionadas	13	(1.645)	(5.305)	(47.827)	(7.912)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	12	(1.109)	30.879	(77.613)	(70.257)
Redução (aumento) de estoques	8	-	-	(166.278)	(143.189)
Aumento (redução) de fornecedores	14	572	449	(14.976)	288
Aumento (redução) de salários e encargos trabalhistas		-	-	25.299	5.248
Aumento (redução) de provisões para abandono	17	-	-	11.743	-
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	12	(268)	(22.939)	2.427	(16.472)
Aumento (redução) de outras contas a pagar	16	731	(1.461)	76.381	(53.881)
Varição nos ativos e passivos		<u>(1.719)</u>	<u>1.623</u>	<u>(190.844)</u>	<u>(286.175)</u>
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais		<u>(29)</u>	<u>21.209</u>	<u>(434.827)</u>	<u>(390.796)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	6	72.947	(3.946)	20.970	(3.946)
Redução (aumento) de depósitos vinculados	7	597.604	-	595.760	-
Baixa de outros investimentos	9	-	1.000	-	1.000
(Aumento) de capital em participações acionárias	9	(219.305)	(129.315)	-	-
Participação de acionistas não controladores (Aquisição) de ativo imobilizado	10	-	-	57.540	36.701
Ajustes acumulados de conversão		-	-	(259.788)	(13.180)
Aquisições de bens intangíveis	11	-	-	20.736	(1.148)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimentos		<u>451.246</u>	<u>(132.261)</u>	<u>(2.620.070)</u>	<u>(2.170.325)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital	18	3.856	7.447	3.856	7.447
Captações de empréstimos e financiamentos	15	-	-	4.035.187	-
Juros pagos		-	-	(198.664)	-
Pagamento de custos de captação	15	-	-	(74.310)	-
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos		<u>3.856</u>	<u>7.447</u>	<u>3.766.069</u>	<u>7.447</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa		3	-	576.172	(6)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>455.076</u>	<u>(103.605)</u>	<u>1.287.344</u>	<u>(2.553.680)</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	3.094	106.699	4.080.107	6.633.787
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	458.170	3.094	5.367.451	4.080.107
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>455.076</u>	<u>(103.605)</u>	<u>1.287.344</u>	<u>(2.553.680)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

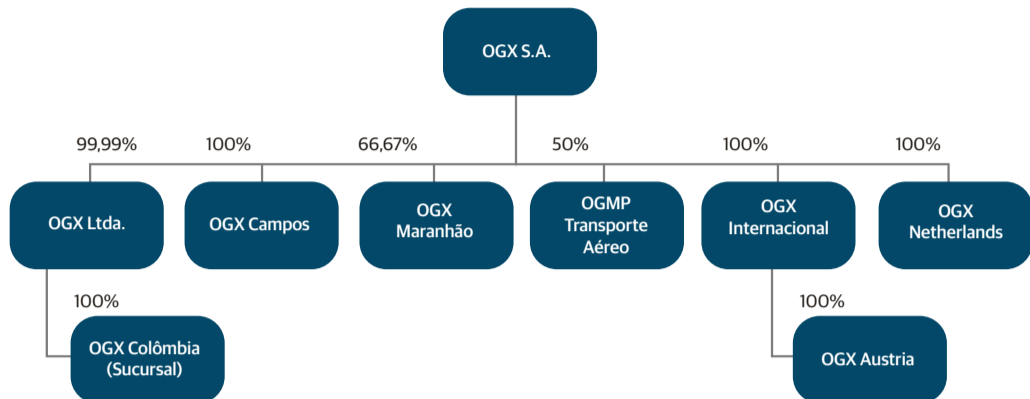
	Controladora							Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Participação de acionistas controladores		
			Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2009	8.799.004	250.569	541	247.630	-	(111.455)	9.186.289	-	9.186.289
Aumento de Capital	7.447	-	-	-	-	-	7.447	-	7.447
Opções de ações outorgadas reconhecidas no exercício	-	146.034	-	-	-	-	146.034	-	146.034
Exercício de opções de ações	-	(172.347)	-	172.347	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(1.148)	-	(1,148)	-	(1,148)
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	36.701	36.701
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(123.477)	(123,477)	(12,048)	(135,525)
Absorção do prejuízo do exercício e exercícios anteriores	-	-	-	(234.932)	-	234,932	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>8.806.451</u>	<u>224.256</u>	<u>541</u>	<u>185.045</u>	<u>(1,148)</u>	-	<u>9.215.145</u>	<u>24.653</u>	<u>9.239.798</u>
Aumento de Capital	3.856	-	-	-	-	-	3.856	57.540	61.396
Opções de ações outorgadas reconhecidas no exercício	-	56.988	-	-	-	-	56.988	-	56.988
Exercício de opções de ações	-	(7.135)	-	7.135	-	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	20.736	-	20,736	-	20,736
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(482.165)	(482,165)	(27,720)	(509,885)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(541)	(192.180)	-	192,721	-		

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado em contrário)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **OGX Petróleo e Gás Participações S.A.** ("OGX S.A." ou "**Companhia**") foi constituída em 10 de abril de 2006, sob a razão social Centennial Asset Participação Corumbá S.A.. Após a cisão do acervo líquido associado a outros negócios que não petróleo e gás, a razão social foi alterada, em 3 de setembro de 2007, para a denominação atual. Com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, que atuam no segmento de petróleo e gás, nacionais ou estrangeiras, constituídas sob qualquer tipo societário.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava a seguinte estrutura societária:



OGX Petróleo e Gás Ltda. ("OGX Ltda."): Constituída em 27 de junho de 2007, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social, mediante autorização ou concessão da União, a pesquisa, a lavra, o refino, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo e gás natural e de outros hidrocarbonetos, bem como quaisquer outras atividades correlatas. A OGX Ltda. poderá, ainda, diretamente ou através de subsidiárias, exercer as atividades integrantes de seu objeto social no País ou fora do território nacional e participar do capital de outras sociedades.

Sucursal Colômbia ("OGX Colômbia"): Sucursal da OGX Ltda., constituída em 26 de outubro de 2010 para gerir as operações dos blocos exploratórios adquiridos no país na "Open Round Colombia 2010".

OGX Campos Petróleo e Gás S.A. ("OGX Campos"): Constituída em 13 de maio de 2010, com sede na cidade do Rio de Janeiro, possui o mesmo objeto social da OGX Ltda.

OGX Maranhão Petróleo e Gás S.A. ("OGX Maranhão"): Constituída em 25 de setembro de 2009, com sede na cidade do Rio de Janeiro, possui o mesmo objeto social da OGX Ltda. Tem como acionistas a OGX S.A. (66,67%) e a empresa ligada MPX Energia S.A. (33,33%). Em 29 de dezembro de 2011 foi transformada de sociedade limitada em sociedade por ações.

OGMP Transporte Aéreo Ltda. ("OGMP"): Constituída em 6 de abril de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objeto social a aquisição de aeronaves para a prestação de serviços de taxi aéreo e locação de aeronaves com tripulação, incluindo-se as operações *offshore*. Poderá ainda participar do capital de outras sociedades. Tem como quotistas a OGX S.A. (50%) e a empresa ligada MPX Energia S.A. (50%) e atualmente possui uma única aeronave para atender suas quotistas e demais empresas do Grupo EBX.

OGX International GmbH ("OGX International"): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócios. Atualmente, essa empresa está engajada na atividade de comercialização dos hidrocarbonetos produzidos por sociedades ligadas.

OGX Austria GmbH ("OGX Austria"): Constituída em 11 de novembro de 2009, com sede na cidade de Viena, na Áustria, tem por objeto social a participação em outras empresas e em qualquer tipo de negócios. Atualmente, essa empresa está engajada na atividade de comercialização dos hidrocarbonetos produzidos por sociedades ligadas.

OGX Netherlands B.V. ("OGX Netherlands"): Constituída em 19 de março de 2010, com sede na cidade de Amsterdam, na Holanda, tem por objeto social a exploração, produção e comercialização de petróleo e seus subprodutos, gás natural e outros hidrocarbonetos. Pode, ainda, prestar serviços técnicos na indústria de petróleo e gás, bem como se engajar em outras atividades associadas a essa indústria. Atualmente, a sua principal operação consiste na aquisição e arrendamento, para empresas ligadas, de equipamentos a serem utilizados na indústria de petróleo e gás.

Portfólio de concessões

Em 31 de dezembro de 2011 as controladas da Companhia participavam das seguintes concessões nas bacias brasileiras e dos seguintes Contratos de Avaliação Técnica e Contratos de Exploração e Produção nas bacias colombianas:

nº	País	Bacia	Bloco	Operador	% OGX
1	Brasil	Campos	BM-C-39	OGX Ltda.	70% (OGX Campos); 30% (OGX Ltda.)
2	Brasil	Campos	BM-C-40	OGX Ltda.	70% (OGX Campos); 30% (OGX Ltda.)
3	Brasil	Campos	BM-C-37	Maersk	35% (OGX Campos); 15% (OGX Ltda.)
4	Brasil	Campos	BM-C-38	Maersk	35% (OGX Campos); 15% (OGX Ltda.)
5	Brasil	Campos	BM-C-41	OGX Ltda.	70% (OGX Campos); 30% (OGX Ltda.)
6	Brasil	Campos	BM-C-42	OGX Ltda.	70% (OGX Campos); 30% (OGX Ltda.)
7	Brasil	Campos	BM-C-43	OGX Ltda.	70% (OGX Campos); 30% (OGX Ltda.)
8	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-37	Perenco	50% (OGX Ltda.)
9	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-38	Perenco	50% (OGX Ltda.)
10	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-39	Perenco	50% (OGX Ltda.)
11	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-40	Perenco	50% (OGX Ltda.)
12	Brasil	Espírito-Santo	BM-ES-41	Perenco	50% (OGX Ltda.)
13	Brasil	Santos	BM-S-56	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
14	Brasil	Santos	BM-S-57	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
15	Brasil	Santos	BM-S-58	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
16	Brasil	Santos	BM-S-59	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
17	Brasil	Santos	BM-S-29	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
18	Brasil	Pará-Maranhão	BM-PAMA-13	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
19	Brasil	Pará-Maranhão	BM-PAMA-14	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
20	Brasil	Pará-Maranhão	BM-PAMA-15	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
21	Brasil	Pará-Maranhão	BM-PAMA-16	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
22	Brasil	Pará-Maranhão	BM-PAMA-17	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
23	Brasil	Parnaíba	BT-PN-1	OGX Maranhão	50% (OGX Maranhão)
24	Brasil	Parnaíba	BT-PN-4	OGX Maranhão	70% (OGX Maranhão)
25	Brasil	Parnaíba	BT-PN-5	OGX Maranhão	70% (OGX Maranhão)
26	Brasil	Parnaíba	BT-PN-6	OGX Maranhão	70% (OGX Maranhão)
27	Brasil	Parnaíba	BT-PN-7	OGX Maranhão	70% (OGX Maranhão)
28	Brasil	Parnaíba	BT-PN-8	OGX Maranhão	70% (OGX Maranhão)
29	Brasil	Parnaíba	BT-PN-9	OGX Maranhão	70% (OGX Maranhão)
30	Brasil	Parnaíba	BT-PN-10	OGX Maranhão	70% (OGX Maranhão)
31	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-2	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
32	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-3	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
33	Colômbia	Cesar Rancheria	CR-4	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
34	Colômbia	Valle Medio del Magdalena	VMM-26	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)
35	Colômbia	Valle Inferior del Magdalena	VIM-5	OGX Ltda.	100% (OGX Ltda.)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Base de preparação

a. *Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC*

As presentes Demonstrações Financeiras incluem:

- Demonstrações Financeiras consolidadas

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

- Demonstrações Financeiras individuais

As Demonstrações Financeiras individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC, e de acordo com normas da CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e de normas da CVM, estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para informações contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuível aos controladores, apresentados pela Companhia e o patrimônio líquido, e o resultado da controladora em suas Demonstrações Financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

b. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

- Nota Explicativa nº 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota Explicativa nº 19 - Plano de opção de compra de ações;
- Nota Explicativa nº 24 - Instrumentos financeiros.

e. Reclassificação

A Companhia reclassificou, para uma melhor apresentação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2010, o saldo de R\$ 634.799 associado às garantias oferecidas a ANP para o cumprimento do Programa Exploratório Mínimo. A reclassificação de "títulos e valores mobiliários" para "depósitos vinculados" (vide Nota Explicativa nº 7), ambos no ativo circulante, foi realizada no ITR de junho de 2011. Não houve alterações nas demonstrações de resultados, nas demonstrações dos resultados abrangentes, nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, nas demonstrações do valor adicionado e nem no saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia reclassificou, para uma melhor apresentação, nas demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado da controladora de 31 de dezembro de 2010 a despesa de R\$ 146.034, associada aos planos de pagamento baseado em ações, de "despesas administrativas e gerais" para a linha de "resultado de equivalência patrimonial" (Vide Nota Explicativa 3(o)).

Não houve alteração do prejuízo do exercício e nem nas variações do caixa e equivalente de caixa anteriormente apresentado nas demonstrações financeiras individuais da controladora e também não houve alteração alguma nas demonstrações financeiras consolidadas.

f. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011 foram aprovadas e sua divulgação foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2012.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

b. Instrumentos financeiros

Tipo de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis;
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Disponíveis para venda;
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2011 a entidade não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Empréstimos e recebíveis

Enquadram-se nessa categoria os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em mercado ativo, exceto os que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, os quais são classificados como mantidos para negociação, e os que a entidade, no reconhecimento inicial, designa pelo valor justo por meio do resultado.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Caixa: compreende numerário em espécie e saldos de contas-correntes;
- Valores a receber de empresas ligadas e de terceiros.

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria, os ativos e passivos financeiros que satisfazem qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de *hedge accounting* que atualmente não é adotada;
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois, a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor;
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se nesse grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e por isso não estão classificados nessa categoria;
- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs emitidos pelos bancos como garantia do cumprimento do Programa Exploratório Mínimo (PEM).
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras.

Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado, serão classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores;
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros;
- Empréstimos e financiamentos a pagar (*Senior Unsecured Notes*).

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo e são mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são mensurados pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/2008, e IAS 21 (*The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates*).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações, ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos em outros resultados abrangentes, apresentados no patrimônio líquido na conta de Ajustes Acumulados de Conversão, e reconhecidos na demonstração do resultado quando esses investimentos forem alienados, no todo ou parcialmente.

Os resultados de controladas e coligadas no exterior, em ambiente econômico estável, com moeda funcional distinta da controladora, são convertidos para reais pela taxa de câmbio média mensal, os ativos e passivos são convertidos pela taxa final do exercício e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica.

As controladas no exterior possuem as seguintes moedas funcionais:

OGX Austria	Euro
OGX International	Euro
OGX Netherlands	Dólar Americano

d. Estoques

Representados por ativos adquiridos de terceiros, na forma de materiais e suprimentos a serem consumidos ou utilizados na campanha de perfuração exploratória. Os estoques estão registrados ao custo de aquisição (Nota Explicativa nº 8).

e. Investimentos em controladas e em controladas em conjunto

As informações contábeis de controladas e de controladas em conjunto são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle ou controle compartilhado se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

f. Imobilizado e Intangível

São registrados ao custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação.

Os intangíveis são representados, sobretudo, por ativos associados às fases de aquisição e exploração de petróleo e gás e compreendem: bônus de assinatura correspondentes às ofertas para a obtenção de concessão para a exploração de petróleo e gás natural, e principalmente gastos de exploração e avaliação destas reservas.

Os ativos imobilizados são representados, sobretudo, por máquinas e equipamentos e pelos ativos associados às fases de desenvolvimento e produção de petróleo e gás, com destaque para os custos de associados aos poços, como perfuração e completação.

Successful efforts

Os gastos com exploração e desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural são registrados de acordo com o método dos esforços bem sucedidos (*successful efforts*). Este método determina que os custos de desenvolvimento de todos os poços de produção e dos poços exploratórios bem sucedidos, vinculados às reservas economicamente viáveis, sejam capitalizados, enquanto os custos de geologia & geofísica e de sísmica devem ser considerados despesas do exercício, quando incorridos. Adicionalmente, os poços exploratórios secos e os gastos vinculados a reservas não-comerciais devem ser registrados no resultado quando são identificados como tal.

Depreciação e Amortização

Máquinas e equipamentos são depreciados pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com seus respectivos valores residuais.

Os gastos de exploração e desenvolvimento da produção serão depreciados/amortizados pelo método de unidades a serem produzidas em relação às reservas totais a serem provadas no momento em que as controladas OGX Ltda., OGX Maranhão e OGX Campos estiverem na fase de produção.

Gastos com abandono

Os gastos com abandono das áreas de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural são registrados como ativo imobilizado em contrapartida de uma provisão no passivo não circulante. Vide Nota Explicativa nº 3 (h).

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Análise de indicativos

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Especificamente em relação aos ativos relacionados às atividades de exploração de petróleo e gás, a Companhia considera alguns fatores como indicativos de que um ativo não será recuperável, como por exemplo: (i) não há um orçamento aprovado para os estudos de viabilidade dos poços perfurados; (ii) o prazo de concessão está chegando próximo ao fim, as atividades exploratórias ainda estão em fase inicial e não é provável a renovação dessa concessão; (iii) os poços perfurados foram dados como "secos"; (iv) os hidrocarbonetos encontrados não são suficientes para constituir uma reserva, ou seja, não são recuperáveis dadas as atuais condições econômicas e tecnológicas, etc. Se a avaliação apontar a existência de indicativos de impairment e a administração da Companhia entender que, de fato, há uma perda não recuperável, tal perda é reconhecida no resultado do exercício.



Adicionalmente, a administração efetua anualmente um teste específico de análise de indicativos de *impairment* que consiste em comparar o valor presente líquido do fluxo de caixa futuro estimado, com o valor contábil. As premissas desse fluxo de caixa representam a avaliação da Administração sobre as tendências do setor de petróleo e gás, bem como a evolução dos projetos da Companhia, sendo utilizadas como base fontes internas e externas de dados. Dentre as principais premissas destacamos:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.
- Foi considerada uma taxa média de desconto de 10%, levando em consideração o *benchmark* da indústria de petróleo.

No último teste efetuado no final do exercício de 2011 a Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse o registro de eventual provisão para *impairment*.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os gastos com abandono das áreas de exploração de petróleo e gás cuja comercialidade ainda não foi declarada perante a ANP não são provisionados, pois, dada a fase em que se encontra a operação, ainda não é possível uma mensuração, com razoável segurança, dos gastos a serem incorridos e nem da data de abandono da área. Quando o ativo entra na fase de desenvolvimento e há mais subsídios para estimar de forma razoável esses gastos, os mesmos são provisionados em contrapartida de ativo imobilizado.

A metodologia de cálculo dessa provisão consiste em estimar na data base quanto a Companhia desembolsaria se fosse abandonar as áreas naquele momento. O montante estimado é inflacionado até a data prevista para o abandono, e posteriormente descontado a valor presente pela taxa que reflete o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social da Companhia e de suas controladas são calculados com base nas alíquotas de 15%. acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 por ano, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado do exercício.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j. Arrendamento mercantil

Um arrendamento mercantil é classificado como financeiro se ele transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do arrendador para o arrendatário, do contrário o arrendamento é classificado como operacional. Exemplos de situações que individualmente ou em conjunto levariam normalmente a que um arrendamento mercantil fosse classificado como arrendamento mercantil financeiro são:

- O arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil;
- O arrendatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o valor justo à data em que a opção se torne exercível de forma que, no início do arrendamento mercantil, seja razoavelmente certo que a opção será exercida;
- O prazo do arrendamento mercantil refere-se à maior parte da vida econômica do ativo mesmo que a propriedade não seja transferida;
- No início do arrendamento mercantil, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado; e
- Os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o arrendatário pode usá-los sem grandes modificações.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A contrapartida do montante capitalizado é registrada como passivo circulante e não circulante a depender do prazo de liquidação.

A Companhia não identificou nenhuma operação que caracterizasse o registro de um arrendamento mercantil financeiro.

k. Gastos associados às joint ventures de exploração e produção

Como operadoras das concessões para exploração e produção de petróleo e gás, uma das obrigações das companhias é representar a joint venture perante terceiros. Nesse sentido, as operadoras são responsáveis por contratar e pagar os fornecedores dessas joint ventures e, por isso, as faturas recebidas pelas operadoras contemplam o valor total dos materiais e serviços adquiridos pelas *joint ventures*.

Os impactos nos resultados individuais das companhias, entretanto, refletem, apenas, as suas participações nas concessões, já que as parcelas associadas aos demais parceiros são recobradas dos mesmos.

Essas recobranças ocorrem mensalmente. As operadoras estimam os desembolsos previstos para o mês subsequente, com base nos gastos totais já incorridos pelas joint ventures, faturados ou não pelos fornecedores, e relatados aos parceiros através do relatório *billing statement*. Essas estimativas de desembolsos são comparadas ao saldo das contas-correntes mantidas para os gastos das *joint ventures* e as diferenças são recobradas dos parceiros através de *cash calls*.

l. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no mesmo exercício, uma vez que a Companhia não possui ações preferenciais. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

m. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos: caixa e equivalentes de caixa; empréstimos e financiamentos; patrimônio líquido; despesas gerais e administrativas; resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.

n. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

o. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Pagamentos baseados em ações

Conforme descrito na Nota Explicativa 19, a Companhia possui dois planos de pagamento baseados em ações: o plano de opções outorgadas pela Companhia (controladora) e o plano de opções outorgadas pelo acionista controlador.

Esses planos são contabilizados, conforme descrito a seguir:

- demonstrações financeiras individuais das entidades beneficiadas pelo serviço prestado pelos outorgados: as opções são reconhecidas, pelo valor justo, a débito na demonstração do resultado ("despesas administrativas e gerais") e a crédito no patrimônio líquido ("reserva de capital");
- demonstrações financeiras individuais da controladora: o reflexo do lançamento original nas demonstrações financeiras das controladas é a débito no resultado de equivalência patrimonial e a crédito no patrimônio líquido ("reserva de capital") da controladora.
- demonstrações financeiras consolidadas: o impacto é a débito de "despesas administrativas e gerais" e a crédito de "reserva de capital".

Todas as transações com pagamentos baseados em ações são classificadas como liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais (equity settled). A Companhia e suas controladas não possuem opções de compra de ações liquidáveis em caixa.

Valor justo e apropriação

O valor justo das opções de ações é calculado, utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, individualmente para cada beneficiário, na data de outorga e é reconhecido de forma pro-rata, ao longo do período em que os beneficiários adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios (*vesting period*). O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*).

A metodologia de cálculo do montante acumulado a ser reconhecido no patrimônio líquido pode ser expressa através da fórmula a seguir:

$$\text{Saldo acumulado a ser reconhecido} = \sum (VJ \text{ unit} \times Q \times n/t)$$

VJ unit = valor justo unitário da opção de compra, determinado na data da outorga;

Q = quantidade de opções de compra outorgada;

n = número de meses incorridos desde a outorga;

t = período aquisitivo, expresso em meses.

Modificações nos acordos de pagamentos baseados em ações - Valor justo incremental

Quando a modificação aumenta o valor justo dos instrumentos patrimoniais outorgados (por exemplo, reduzindo o preço de exercício) a Companhia inclui o valor justo incremental na mensuração do montante reconhecido pelos serviços recebidos em contrapartida aos instrumentos patrimoniais outorgados.

O valor justo incremental outorgado é a diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial modificado e o valor justo do instrumento patrimonial original, ambos estimados na data da modificação.

Tal valor justo incremental é incluído na mensuração do montante reconhecido pelos serviços recebidos, juntamente com o valor justo na data da outorga dos instrumentos patrimoniais originais. A diferença é que o valor justo incremental é apropriado, a partir da data de modificação, ao longo do *vesting period* remanescente, enquanto que o valor justo original continua sendo apropriado ao longo do *vesting period* original.

Opções anuladas

Quando do não cumprimento da condição de aquisição, que nos casos de ambos os planos existentes, resume-se ao outorgado permanecer na Companhia por um pré-definido período de tempo (*vesting period*), a despesa previamente reconhecida, associada à parcela dos vestings futuros, é estornada a crédito de resultado e débito de reserva de capital.

Exercício das opções

Quando do exercício das opções por parte dos beneficiários, os respectivos valores justos acumulados na Reserva de Capital são reclassificados para a Reserva de Lucros.

p. Capital social

Ações ordinárias

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquido de quaisquer efeitos tributários.

q. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidas no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados separadamente, também como receitas ou despesas financeiras.

r. Pronunciamentos contábeis recentes

As normas e emendas das normas emitidas pelo IASB e apresentadas a seguir ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A entrada em vigor de tais normas e emendas é 1º de janeiro de 2013, exceto pelas alterações no IAS 1, cuja entrada em vigor é 1º de julho de 2012 e do IFRS 9, cuja entrada em vigor, originalmente prevista para 1º de janeiro de 2013, pode ser postergada para 1º de janeiro de 2015.

O CPC, também, ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes a essas normas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. Não obstante, a adoção antecipada desses pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Apesar de tais normas não terem sido aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia iniciou o processo de avaliação dos impactos potenciais e os mesmos podem ser resumidos no quadro a seguir:

Norma internacional	Impacto estimado nas demonstrações contábeis da Companhia
IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia distinguirá, no Resultado Abrangente, a parcela que pode ser reclassificada para o Resultado do Exercício, da parcela que não pode ser reclassificada. Atualmente, o Resultado Abrangente da Companhia é composto apenas pelo "Ajuste Acumulado de Conversão" que é passível de reclassificação para o Resultado do Exercício.
IAS 19 - Benefícios a empregados	Não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.
IAS 27 - Demonstrações separadas	Não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.
IAS 28 - Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	Foram identificados impactos nas demonstrações contábeis da Companhia. Vide comentário referente ao IFRS 11.
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	A referida norma traz mudanças quanto à classificação dos ativos financeiros. Apesar disso, não são esperados impactos na mensuração dos ativos financeiros atualmente existentes.
IFRS 10 - Demonstrações contábeis consolidadas	Apesar de algumas mudanças conceituais trazidas pela norma, não são esperados impactos contábeis para a Companhia em decorrência de sua adoção.
IFRS 11 - Empreendimentos em conjunto	A extinção da consolidação proporcional para empresas controladas em conjunto, como a OGMP, afetará as demonstrações financeiras consolidadas na qual passará a ser registrada uma participação não controladora associada à OGMP, via equivalência patrimonial.
IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades	Não foram identificados impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.
IFRS 13 - Mensuração ao valor justo	Não são esperadas mudanças na mensuração de ativos e passivos da Companhia a valor justo.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as informações da Companhia, suas controladas diretas, indiretas e em conjunto, e o fundo exclusivo, a seguir relacionado:

	Percentual de participação	
	31/12/2011	31/12/2010
Controladas diretas e indiretas		
OGX Ltda.	99,99	99,99
OGX Maranhão	66,67	66,67
OGX Campos	100,00	100,00
OGX Áustria (indireta)	100,00	100,00
OGX International	100,00	100,00
OGX Netherlands	100,00	100,00
FICFI OGX 63 (fundo exclusivo)	100,00	100,00
Controlada em conjunto		
OGMP Transporte Aéreo (*)	50	-

(*) Controlada em conjunto com MPX Energia S.A..

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme entre as empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Operações controladas em conjunto

Operações controladas em conjunto são aqueles empreendimentos cujas atividades a Companhia, direta ou indiretamente, controla em conjunto com outro investidor, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais.

As Demonstrações Financeiras incluem os ativos que o grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, bem como as despesas nas quais o grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.
- Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas.
- A participação dos não controladores, referente a parcela do resultado do exercício e do patrimônio líquido que não é detida pelo Grupo, é apresentada separadamente da demonstração do resultado consolidada e dentro do grupo de patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

O investimento na controlada em conjunto OGMP Transporte Aéreo Ltda. é avaliado por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, e consolidado proporcionalmente nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

Adicionalmente, conforme determinação da Instrução CVM nº 408/2005, as Demonstrações Financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado OGX63, administrado pelo Banco Itaú S.A., cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas OGX Ltda., OGX Maranhão e OGX Campos. A composição de sua carteira está apresentada na Nota Explicativa nº 5.

O fundo exclusivo, que tem suas demonstrações financeiras regularmente auditadas, está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Circulante				
Caixa e bancos	514	72	51.608	7.356
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado OGX 63	(a) 11.034	3.022	1.841.479	4.072.751
Aplicações <i>Time Deposit (Offshore)</i>	(b) -	-	3.015.804	-
Certificados de Depósitos Bancários (CDB)	(c) 446.622	-	458.560	-
	458.170	3.094	5.367.451	4.080.107

A composição do saldo de equivalentes de caixa por instituição financeira está apresentada nos quadros a seguir.

	Controladora						
	31/12/2011			31/12/2010			
Instituição financeira	Títulos públicos	Operações comprometidas	CDB	Caixa	Time deposit	Total	Total
ABC	-	-	-	-	-	-	97
BNP	-	-	-	-	-	-	34
Bradesco	-	3.734	-	-	-	3.734	783
BTG Pactual	-	-	330	-	-	330	210
Credit Suisse	-	-	1.509	-	-	1.509	194
Itaú Unibanco	-	1.102	-	-	-	1.102	859
Safa	-	-	551	-	-	551	195
Société Generale	-	-	-	-	-	-	99
Votorantim	-	2.565	-	-	-	2.565	547
LFTs	1.239	-	-	-	-	1.239	-
LTNs	-	-	-	-	-	-	-
NTNs	-	-	-	-	-	-	4
FI Corp Ref DI	-	-	-	4	-	4	-
Total de fundos exclusivos (a)	1.239	7.401	2.390	4	-	11.034	3.022
Citibank	-	-	-	-	-	-	-
HSBC	-	-	19.226	-	-	19.226	-
Santander	-	-	427.396	-	-	427.396	-
Outras Aplicações (c)	-	-	446.622	-	-	446.622	-
Itaú Unibanco	-	-	-	-	-	-	-
Bradesco	-	-	-	-	-	-	-
BTG Pactual	-	-	-	-	-	-	-
Total de Aplicações Offshore (b)	-	-	-	-	-	-	-
Total de Aplicações financeiras	1.239	7.401	449.012	4	-	457.656	3.022

	Consolidado						
	31/12/2011			31/12/2010			
Instituição financeira	Títulos públicos	Operações comprometidas	CDB	Caixa	Time deposit	Total	Total
ABC	-	-	-	-	-	-	130.442
BNP	-	-	-	-	-	-	46.286
Bradesco	-	623.230	-	-	-	623.230	1.054.898
BTG Pactual	-	-	55.091	-	-	55.091	283.482
Credit Suisse	-	-	251.790	-	-	251.790	260.983
Itaú Unibanco	-	183.987	-	-	-	183.987	1.158.324
Safa	-	-	92.013	-	-	92.013	262.256
Société Generale	-	-	-	-	-	-	132.782
Votorantim	-	427.863	-	-	-	427.863	736.973
LFTs	206.751	-	-	-	-	206.751	-
LTNs	-	-	-	-	-	-	-
NTNs	-	-	-	-	-	-	5.578
FI Corp Ref DI	-	-	-	754	-	754	747
Total de fundos exclusivos (a)	206.751	1.235.080	398.894	754	-	1.841.479	4.072.751
Citibank	-	-	11.938	-	-	11.938	-
HSBC	-	-	19.226	-	-	19.226	-
Santander	-	-	427.396	-	-	427.396	-
Outras Aplicações (c)	-	-	458.560	-	-	458.560	-
Itaú Unibanco	-	-	-	1.669.381	-	1.669.381	-
Bradesco	-	-	-	1.008.75			



Os saldos mantidos em contas-correntes têm seus valores justos equivalentes aos saldos contábeis e são classificados como empréstimos e recebíveis.

As aplicações financeiras, classificadas como caixa e equivalentes, são reconhecidas como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado e estão mensuradas pelo valor da quota do fundo na data do balanço, que corresponde ao seu valor justo.

a. Fundo de Investimento OGP 63

Referem-se a quotas de fundos de investimento com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Trata-se de Fundo de Investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado OGP 63 administrado pelo Banco Itaú e lastreado em: (i) títulos públicos federais e (ii) títulos privados (Debêntures e Certificados de Depósito Bancário - "CDBs") emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade sobre o DICEP ("CDI") de 103,5% (marcação a mercado). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, ou no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, quando aplicável, com garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras. As cotas de fundos de renda fixa exclusivos são escriturais e seu controle é mantido pela administradora dos respectivos fundos (Banco Itaúcard S.A.).

b. Aplicações Time Deposit (Offshore)

Refere-se a aplicações em depósitos a prazo no exterior (*time deposits*), cuja taxa média de rentabilidade é 2,29% ao ano. Essas aplicações são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c. CDBs

Refere-se ao valor aplicado e liberado dos CDBs dados como garantia do Programa Exploratório Mínimo. Vide Notas Explicativas nºs 7 e 23.

Tipo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CDBs	446.622	-	458.560	-

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Tipo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
LFTs - Diversas	313	73.260	52.290	73.260

Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Os títulos e valores mobiliários incluem as operações relacionadas à aquisição de títulos públicos federais (Letras Financeiras do Tesouro - LFTs) com vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo. As Letras Financeiras do Tesouro são remuneradas a taxa Selic diária.

7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Emitente	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
CDB pós-fixado:				
Santander	-	546.528	-	546.528
HSBC	37.195	88.271	37.195	88.271
Citibank	-	-	1.844	-
	<u>37.195</u>	<u>634.799</u>	<u>39.039</u>	<u>634.799</u>

Os depósitos vinculados são classificados e mensurados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado.

Estes papéis estão vinculados às garantias oferecidas à ANP (Agência Nacional de Petróleo) e ANH (Agência Nacional de Hidrocarbonos) para execução do Programa Exploratório Mínimo no Brasil e Colômbia, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as taxas médias brutas acumuladas que remuneravam os Certificados de Depósitos Bancários do Santander, Citibank e HSBC eram equivalentes a 101,00%, 100,3% e 101,6% do CDI, respectivamente.

A redução do montante de depósitos vinculados de 2010 para 2011 está associada ao cumprimento do primeiro período exploratório e a substituição de garantias com depósitos vinculados por garantias sem depósitos vinculados. Vide Nota Explicativa nº 23.

8. ESTOQUES (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Estoque de exploração e produção	388.260	222.849
Estoque de materiais de escritório	1.811	944
	<u>390.071</u>	<u>223.793</u>

Composto basicamente por materiais necessários à execução da campanha de perfuração exploratória da OGP Ltda. e da OGP Maranhão. A controladora não possui estoque.

9. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Investimento	Percentual de participação	31/12/2011	31/12/2010
OGX Ltda.	99,99	6.509.365	8.373.856
OGX Maranhão	66,67	108.943	49.306
OGX Campos	100	1.489.794	12.760
OGMP Transporte Aéreo	50	7.567	-
OGX International	100	26.751	38
OGX Netherlands	100	138.628	31.917
		<u>8.281.048</u>	<u>8.467.877</u>

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Movéis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos de informática	Sistemas e programas de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Aeronaves	Adiantamentos para inversões fixas (a)	Imobilizado de Exploração e Produção (b)	Total
Custo											
Em 31 de dezembro de 2010	1.933	629	131	5.947	21.218	8.835	345	-	-	-	39.038
Adições	3.038	21.560	201	2.981	13.606	12.668	51	7.728	138.892	59.063	259.788
Alienações / Baixas	(15)	-	-	(20)	(79)	-	-	-	-	-	(114)
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.956</u>	<u>22.189</u>	<u>332</u>	<u>8.908</u>	<u>34.745</u>	<u>21.503</u>	<u>396</u>	<u>7.728</u>	<u>138.892</u>	<u>59.063</u>	<u>298.712</u>
Depreciação											
Em 31 de dezembro de 2010	(362)	(51)	(14)	(2.094)	(7.806)	(858)	(229)	-	-	-	(11.414)
Depreciação e depleção no exercício	(353)	(417)	(17)	(1.497)	(5.938)	(1.635)	(76)	(509)	-	-	(10.442)
Alienações / Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2011	<u>(715)</u>	<u>(468)</u>	<u>(31)</u>	<u>(3.591)</u>	<u>(13.744)</u>	<u>(2.493)</u>	<u>(305)</u>	<u>(509)</u>	-	-	<u>(21.856)</u>
Valor residual líquido:											
Em 31 de dezembro de 2011	4.241	21.721	301	5.317	21.001	19.010	91	7.219	138.892	59.063	276.856
Em 31 de dezembro de 2010	1.571	578	117	3.853	13.412	7.977	116	-	-	-	27.624
Taxas de depreciação (% a.a.)	10	10	10	20	20	10	20	10	-	(d)	

	Movéis e utensílios	Máquina e equipamentos	Equipamentos telefônicos	Equipamentos de informática	Sistemas e programas de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Veículos	Aeronaves	Adiantamentos para inversões fixas (a)	Imobilizado de Exploração e Produção (b)	Total
Custo											
Em 31 de dezembro de 2009	1.429	166	78	4.368	16.303	3.170	344	-	-	-	25.858
Adições	504	464	54	1.624	4.913	5.666	-	-	-	-	13.225
Alienações / Baixas	-	-	-	(45)	-	-	-	-	-	-	(45)
Em 31 de dezembro de 2010	<u>1.933</u>	<u>630</u>	<u>132</u>	<u>5.947</u>	<u>21.216</u>	<u>8.836</u>	<u>344</u>	-	-	-	<u>39.038</u>
Depreciação											
Em 31 de dezembro de 2009	(196)	(24)	(5)	(1.072)	(4.064)	(421)	(159)	-	-	-	(5.941)
Depreciação e depleção no exercício	(166)	(28)	(10)	(1.022)	(3.740)	(438)	(69)	-	-	-	(5.473)
Alienações / Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	<u>(362)</u>	<u>(52)</u>	<u>(15)</u>	<u>(2.094)</u>	<u>(7.804)</u>	<u>(859)</u>	<u>(228)</u>	-	-	-	<u>(11.414)</u>
Valor residual líquido											
Em 31 de dezembro de 2010	1.571	578	117	3.853	13.412	7.977	116	-	-	-	27.624
Em 31 de dezembro de 2009	1.233	142	73	3.296	12.239	2.749	185	-	-	-	19.917
Taxas de depreciação (% a.a.)	10	10	10	20	20	10	20	10	-	(d)	

(a) Refere-se basicamente aos adiantamentos efetuados pela OGP Netherlands à fornecedores diversos para aquisição de árvores de natal molhadas, linhas flexíveis, umbilicais e outros equipamentos subaquáticos.

(b) Inclui a provisão para abandono de ativos no valor de R\$ 11.264 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2010) e os gastos capitalizáveis incorridos nos campos de Gavião Azul e Gavião Real, na Bacia do Parnaíba, após a declaração de comercialidade, ou seja, a partir da fase de desenvolvimento.

(c) Ajuste acumulado de conversão dos ativos imobilizados da OGP Netherlands.

(d) Será depreciado a partir da declaração de comercialidade e do início da produção com base no método das unidades produzidas.

Em 31 de dezembro de 2011 a controladora não possui ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL E DESPESAS COM EXPLORAÇÃO (CONSOLIDADO)

	Consolidado			Total
	Gastos com perfuração exploratória	Intangível em progresso (i)	Bônus de assinatura de blocos exploratórios	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	469.474	138.362	1.491.723	2.099.559
Adições/Transferências	2.479.280	10.579	-	2.489.859
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.948.754</u>	<u>148.941</u>	<u>1.491.723</u>	<u>4.589.418</u>
Adições/Transferências	3.152.578	(97.290)	-	3.055.288
Baixa poços secos / subcomerciais e custos afundados	(236.055)	-	-	(236.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.865.277</u>	<u>51.651</u>	<u>1.491.723</u>	<u>7.408.651</u>

(i) Refere-se substancialmente aos gastos associados à mobilização de sondas, que são alocados como intangível em progresso, durante a fase de mobilização e posteriormente, durante a campanha de perfuração, são alocados/rateados entre os poços, sendo transferidos para "gastos com campanha exploratória".

Histórico de aquisição de concessões exploratórias

Em 27 de novembro de 2007 a OGP Ltda. adquiriu, na Nona Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios promovida pela ANP, 21 concessões exploratórias, distribuídas nas Bacias de Campos, Pará-Maranhão, Santos e Espírito Santo, pelo montante de R\$ 1.479.723 relativo aos bônus de assinatura.

Em 3 de dezembro de 2008, a OGP Ltda. adquiriu, da Maersk Oil Brasil Ltda. ("Maersk"), 50% de participação no Bloco BM-S-29, situado na Bacia de Santos. Posteriormente, em 8 de maio de 2009 e 9 de novembro de 2010, adquiriu participações adicionais de 15% e 35%, respectivamente, passando, assim, a deter 100% deste bloco.

Em 24 de setembro de 2009, a OGP Ltda. adquiriu, da Petra Energia Ltda., 70% de participação em sete blocos exploratórios terrestres na Bacia do Parnaíba, interior do Maranhão e se tornou operadora dessas concessões. Foi pago o montante de R\$ 12.000 equivalentes aos bônus de assinatura. Em 27 de abril de 2010, a ANP aprovou a transferência da participação de 70% que a OGP Ltda. detinha nesses sete blocos exploratórios para a OGP Maranhão que passou a ser a operadora. A Petra Energia Ltda. permanece com 30% dos blocos.

Em 22 de junho de 2010, a OGP Ltda. foi vencedora nas suas propostas para 5 blocos exploratórios na "Open Round Colombia 2010", nas seguintes bacias terrestres: Valle Medio Del Magdalena, Valle Inferior Del Magdalena e Cesar-Ranchería. Em razão disso, foram celebrados, com a Agência Nacional de Petróleo colombiana (Agência Nacional de Hidrocarbonos - ANH), Contratos de Avaliação Técnica (*Technical Evaluation Agreements - TEAs*) para os blocos localizados na Bacia de Cesar-Ranchería (CR-2, CR-3 e CR-4) e Contratos de Exploração e Produção, similares ao modelo de concessão adotado no Brasil, para os demais blocos (VIM-5 e VMM-26). No caso de descobertas comerciais nos blocos CR-2, CR-3 e CR-4, os Contratos TEA poderão ser convertidos em Contratos de Exploração e Produção.

Em 3 de janeiro de 2011, a OGP Ltda. realizou, para a OGP Campos, uma cisão parcial do acervo líquido correspondente a 70% de seus direitos e obrigações nos contratos de concessão dos blocos BM-C-39, BM-C-40, BM-C-41, BM-C-42 e BM-C-43 e correspondente a 35% da participação nos blocos BM-C-37, BM-C-38, todos localizados na Bacia de Campos e avaliados a um valor contábil de R\$ 1.542.975. Com a efetivação da cisão parcial, a OGP Ltda. permaneceu com 30% de participação nos referidos blocos, com exceção dos blocos BM-C-37 e BM-C-38, nos quais a OGP Ltda. reteve 15% de participação e a operação ficou com a Maersk.

a. Movimentação do investimento:

	31/12/2011
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.337.739
Contribuição de capital em participações societárias	129.315
Baixa de outros investimentos	(1.000)
Ajustes de conversão	(1.148)
Resultado de equivalência patrimonial (reclassificado)	(143.063)
Equivalência reflexa PL (opções de ações) (reclassificado)	146.034
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>8.467.877</u>
Contribuição de capital em participações societárias	219.305
Ajustes de conversão	20.736
Resultado de equivalência patrimonial	(483.858)
Equivalência reflexa PL (opções de ações)	56.988
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>8.281.048</u>

b. Informações sobre as investidas

Dados das controladas	31/12/2011				Lucro líquido (prejuízo) do exercício (i)
	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações/quotas (i)	Patrimônio líquido (i)	Capital social (i)	
Diretas					
OGX Ltda.	99,99	6.873.493.698	6.509.365	6.873.494	(378.066)
OGX Maranhão	66,67	165.078.660	163.415	286.618	(83.160)
OGX Campos	100	1.562.975.374	1.489.794	1.562.975	(65.941)
OGX International	100	1	26.751	566	20.479
OGX Netherlands	100	900	138.628	127.538	(3.106)
OGMP Transp. Aéreo	50	500	15.134	18.700	(3.566)
			<u>8.343.088</u>	<u>8.869.891</u>	<u>(513.360)</u>
Indiretas					
OGX Austria	100	1	26.727	404	20.559
			<u>8.369.814</u>	<u>8.870.295</u>	<u>(492.801)</u>

Dados das controladas	31/12/2010				Lucro líquido (prejuízo) do exercício (i)
	Participação no capital social (em %)	Quantidade de ações/quotas (i)	Patrimônio líquido (i)	Capital social (i)	
Diretas					
OGX Ltda.	99,99	8.416.469.072	8.373.856	8.416.469	(112.385)
OGX Maranhão	66,67	114.002.000	73.960	114.002	(35.274)
OGX Campos	100	20.000.000	12.760	20.000	(7.240)
OGX International	100	1	21	89	(58)
OGX Netherlands	100	900	31.917	33.136	(92)
			<u>8.492.514</u>	<u>8.583.696</u>	<u>(155.049)</u>
Indiretas					
OGX Austria	100	1	17	89	(62)
			<u>8.492.531</u>	<u>8.583.785</u>	<u>(155.111)</u>

(i) Refere-se à totalidade do saldo do patrimônio líquido, do capital social, do lucro líquido (prejuízo) do período e da quantidade de ações/quotas. A redução na quantidade de quotas da OGP Ltda. e o aumento nas ações da OGP Campos, de 31 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2011, estão associados à cisão de parte do acervo líquido da OGP Ltda. para a OGP Campos, conforme indicado na Nota Explicativa nº 1.

Os saldos dos grupos do balanço patrimonial das controladas e controlada em conjunto, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, estão demonstrados a seguir:

	No Brasil			No exterior			
	OGX Ltda.	OGX Maranhão	OGX Campos	OGMP Transp. Aéreo	OGX Austria	OGX International	OGX Netherlands
31 de dezembro de 2011							
Ativo circulante	4.974.293	46.559	23.427	970	59.551	122	1.046
Ativo realizável a longo prazo	3.211.997	103.244	84.837	-	4.742.022	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	26.727	-
Imobilizado	50.394	71.185	-	14.438			



Consolidado 31/12/2010

Bacia	No de Blocos	Bônus de assinatura	Movimentação do exercício			Total de gastos com exploração no período
			Gastos com exploração e perfuração (a)	Baixa poços secos/ subcomerciais e custos afundados	Despesas com exploração (b)	
Campos	7	284.382	1.699.132	-	16.958	1.716.090
Pará-Maranhão	5	48.204	5.740	-	9.391	15.131
Santos	5	166.163	730.306	-	7.059	737.365
Espírito Santo	5	41.182	2.103	-	19.190	21.293
Parnaíba	7	78.600	41.999	-	45.243	87.242
Colômbia	5	-	-	-	-	-
Total	34	618.531	2.479.280	-	97.841	2.577.121

(a) Os gastos com perfuração são capitalizados como "intangível".

(b) As despesas com exploração estão relacionadas com aquisição, processamento e interpretação de dados sísmicos, entre outros, as quais são registradas no resultado do exercício, como "despesas com exploração". Em 2011 incluí a baixa dos poços secos/ subcomerciais e custos afundados.

Avaliação de indicativos de impairment

No período findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não identificou indicativos de impairment associados aos ativos de exploração e produção.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR, DIFERIDOS E A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo circulante:				
IRRF sobre aplicações financeiras	22.306	45.282	68.466	270.782
Antecipações de imposto de renda	-	-	10	4
IRPJ a compensar	-	-	6	5
CSLL a compensar	190	171	9.101	8.313
Outros a compensar	275	152	554	230
Subtotal	22.771	45.605	78.137	279.334
Ativo não circulante:				
IRRF sobre aplicações financeiras	23.943	-	278.810	-
IRPJ diferido	-	-	207.863	33.559
CSLL diferida	-	-	74.830	12.081
Subtotal	23.943	-	561.503	45.640
Total imposto a recuperar e diferidos	46.714	45.605	639.640	324.974
Passivo circulante:				
IRPJ a recolher	13.401	14.772	13.401	14.772
CSLL a recolher	1.113	-	1.113	-
ICMS	-	-	1.532	1.972
IRRF	33	-	4.542	3.184
Retenção contribuições sociais	5	-	4.437	2.944
Outros	6	54	1.045	771
Total imposto a recolher	14.558	14.826	26.070	23.643

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2011			
	Controladora	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	(463.101)	(463.101)	(727.874)	(727.874)
Ajustes do RTT - stock options	-	-	56.988	56.988
Prejuízo contábil ajustado pelos efeitos da Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008	(463.101)	(463.101)	(670.886)	(670.886)
Doações e patrocínios indedutíveis	35.439	35.439	35.439	35.439
Resultado de equivalência patrimonial	483.858	483.858	-	-
Outras Adições Indedutíveis	828	828	828	828
Outros	-	-	(96)	-
Total das adições e exclusões do LALUR	520.125	520.125	36.171	36.267
Resultado OGMP (i)	-	-	1.783	1.783
Resultado das empresas no exterior (ii)	-	-	(7.354)	(7.354)
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	57.024	57.024	(640.286)	(640.190)
15% + adicional	10%	9%	15% + adicional	10%
IRPJ e CSLL antes da compensação de incentivos fiscais	(14.232)	(5.132)	160.072	57.617
(-) Compensação de incentivos fiscais	300	-	300	-
Composição do imposto de renda e contribuição social:				
IRPJ e CSLL - corrente	(13.932)	(5.132)	(13.932)	(5.132)
IRPJ e CSLL - diferido	-	-	174.304	62.749
Total de imposto de renda e contribuição social	(13.932)	(5.132)	160.371	57.617
Alíquota Efetiva	3,01%	1,11%	-22,03%	-7,92%

	31/12/2010			
	Controladora	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL	(100.719)	(100.719)	(158.407)	(158.407)
Ajustes do RTT - stock options (reclassificado - Nota 2 (e))	-	-	146.034	146.034
Lucro (prejuízo) contábil ajustado pelos efeitos da Lei nº 11.638/2007 e MP nº 449/2008	(100.719)	(100.719)	(12.373)	(12.373)
Doações e patrocínios indedutíveis	25.107	25.107	25.107	25.107
Resultado de equivalência patrimonial (reclassificado - Nota 2 (e))	143.063	143.063	-	-
Outras adições indedutíveis	537	537	537	537
Total das adições e exclusões do LALUR	168.707	168.707	25.644	25.644
Resultado das empresas no exterior (ii)	-	-	212	212
Base de cálculo para IRPJ e CSLL	67.988	67.988	13.483	13.483
15% + adicional	10%	9%	15% + adicional	10%
IRPJ e CSLL antes da compensação de incentivos fiscais	(16.973)	(6.119)	(3.347)	(1.214)
(-) Compensação de incentivos fiscais	334	-	334	-
Composição do imposto de renda e contribuição social:				
IRPJ e CSLL - corrente	(16.639)	(6.119)	(16.639)	(6.119)
IRPJ e CSLL - diferido	-	-	33.559	12.081
Total de imposto de renda e contribuição social	(16.639)	(6.119)	16.920	5.962
Alíquota Efetiva	16,52%	6,08%	-10,68%	-3,76%

(i) Refere-se ao resultado da empresa controlada em conjunto OGMP, sobre o qual não é calculado IR/CS diferido, pois, não há expectativa de geração de tributos a recolher contra os quais os tributos diferidos possam ser compensados.

(ii) A diferença entre o montante apresentado como "resultado das empresas no exterior" nesta nota e o "lucro líquido (prejuízo) do exercício" indicado na Nota Explicativa 9 (b) refere-se ao resultado da sucursal da OGX Ltda. na Colômbia.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros a Companhia, através de suas controladas, prevê recuperar os créditos tributários a partir do exercício de 2012, conforme demonstrado abaixo:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	44.336	44.336	56.539	56.539	56.539	12.202	12.202	282.693

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos apurados na controladora não são reconhecidos, pois trata-se de uma holding de participações, e não há expectativa de geração de tributos a recolher contra os quais os tributos diferidos possam ser compensados.

13. PARTES RELACIONADAS

Controladora

A Companhia é controlada pelo Centennial Asset Mining Fund LLC, e pelo Centennial Asset Brazilian Equity Fund, que possuem como controlador final o Sr. Eike Fuhrken Batista.

Empresas ligadas

A Companhia possui como principais empresas ligadas: EBX Participações Ltda., MMX Mineração e Metais S.A., EBX Investimentos Ltda., LXL Logística S.A., MPX Energia S.A., Instituto EBX, AVX Taxi Aéreo Ltda., RJX Promoções e Eventos Ltda., OXG Serviços Operacionais Ltda. e OSX-1 Leasing B.V.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possuía as seguintes controladas: OGX Ltda., OGX Maranhão, OGX Campos, OGX Austria (controlada indireta), OGX International e OGX Netherlands, sendo o relacionamento entre as companhias de participação societária e controle. A Companhia ainda possui uma controlada em conjunto com a empresa ligada MPX, a OGMP Transporte Aéreo Ltda..

Os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Consolidado					
	Créditos com partes relacionadas (adiantamentos)		Débitos com partes relacionadas (contas a pagar)		Resultado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
OSX-1 Leasing B.V. (i)	138.189	18.551	57.754	9.147	132.778	-
OSX Serviços Operacionais Ltda. (ii)	1.197	-	28.623	-	87.716	-
AVX Taxi Aéreo Ltda.	-	-	73	-	-	(1.226)
EBX Participações Ltda. (iii)	-	-	9.025	2.611	-	(22.423)
MPX Energia S.A.	-	-	222	-	-	(222)
MPX Colômbia S.A. (iv)	-	-	995	-	785	(9.983)
Total	139.386	18.551	96.692	11.758	221.279	(33.854)

(i) Em 26 de fevereiro de 2010 foi celebrado com a OSX-1 Leasing B.V. um contrato de afretamento na modalidade *bareboat*, com vigência de 20 anos (vide Nota Explicativa nº 23). Este contrato prevê o pagamento de adiantamentos até a data de disponibilização do FPSO OSX-1 para a OGX Ltda.. Em 31 de outubro de 2010, a OGX Ltda. iniciou o pagamento dos adiantamentos para a OSX-1 Leasing B.V. e em outubro de 2011, com a entrega do FPSO, os pagamentos passaram a ser capitalizados no intangível para futuramente, quando do início da produção, serem apropriados para resultado via amortização. A partir da produção os novos pagamentos serão reconhecidos diretamente em resultado.

(ii) Valores referentes à prestação de serviços de O&M do FPSO OSX-1 por parte da OSX Serviços. Esses gastos são capitalizados e serão apropriados para resultado, via amortização, quando do início da produção. A partir da produção os novos pagamentos serão reconhecidos diretamente em resultado.

(iii) Referem-se aos custos devidos ao compartilhamento de recursos administrativos.

(iv) Refere-se basicamente a gastos com transportes, hospedagens e outros custos administrativos da sucursal colombiana da OGX Ltda., os quais foram pagos pela MPX em nome da OGX enquanto a sucursal colombiana estava sendo estruturada. Esses montantes serão reembolsados pela OGX.

Classificação e mensuração dos passivos financeiros com partes relacionadas

Estes saldos estão classificados como "outros passivos financeiros", não mensurados ao valor justo, e estão reconhecidos pelo seu custo amortizado.

Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores esta detalhada na Nota Explicativa nº 22.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores de bens e serviços	1.074	502	413.761	424.078
Seguros	-	-	18.170	22.829
Total	1.074	502	431.931	446.907

O montante associado à "fornecedores de bens e serviços", no consolidado, refere-se a aquisições de materiais e serviços necessários à execução da campanha exploratória, cujo prazo médio de liquidação é de 50 dias, sobre os quais não há incidência de encargos.

Classificação e mensuração

Estes saldos estão classificados como "outros passivos financeiros", não mensurados ao valor justo e estão reconhecidos pelo seu custo amortizado.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Vencimento	Consolidado 31/12/2011		(-) Custos de transação a apropriar	Total
			Taxa de juros contratual % a.a.	Juros		
Títulos de Dívida no Exterior (Senior Unsecured Notes)	USD	1/6/2018	8,5	4.807.625	32.919	4.774.414
Circulante	-	-	-	-	32.919	22.301
Não circulante	-	-	-	4.807.625	-	4.750.113

Em 3 de junho de 2011, a OGX Petróleo e Gás Participações S.A. realizou a emissão no mercado internacional de US\$ 2,563 bilhões (equivalentes a R\$ 4.035.187) na modalidade Títulos de Dívida no Exterior (Senior Unsecured Notes). A liquidação do principal ocorrerá em 2018, enquanto os juros, cuja taxa é de 8,5% ao ano, serão pagos semestralmente. Os recursos serão destinados prioritariamente ao financiamento do desenvolvimento da produção nas Bacias de Campos e Parnaíba.

Os custos para captação de US\$ 46,072 milhões (equivalente a R\$ 72.883) foram contabilizados no passivo, reduzindo o valor captado. Esse montante é apropriado para resultado ao longo da vigência do empréstimo pelo método da taxa efetiva.

Em outubro de 2011 foi celebrado um aditivo ao instrumento de emissão dos títulos de dívida no exterior (Senior Notes) no montante de US\$ 2,563 bilhões, mediante o qual foi efetuada a substituição da Companhia por sua controlada OGX Austria como emitente e principal devedora de tais títulos de dívida. Em contrapartida a esta operação, a Companhia e sua controlada OGX Austria celebraram um contrato pelo qual foram cedidos pela Companhia à OGX Austria os recursos captados com a emissão dos supracitados títulos de dívida (acrescentada à receita de juros gerada pela aplicação dos recursos captados até a data da cessão, bem como descontados os custos de emissão).

Ainda em outubro de 2011 foi celebrado um contrato de pagamento antecipado de exportações, pelo qual a OGX Austria concedeu à OGX Ltda. um pagamento antecipado no montante de US\$ 2,528 bilhões com o propósito de financiar o desenvolvimento e produção do petróleo a ser exportado pela OGX Ltda. à OGX Austria. Em contrapartida ao pagamento antecipado, a OGX Ltda. se comprometeu a exportar à OGX Austria, até 27 de maio de 2018, através de um ou mais embarques, o número de barris de petróleo necessários para quitar o pagamento antecipado. O valor antecipado e ainda não quitado através de exportações de petróleo está sujeito a juros de 9,00% a.a., que são pagos semestralmente pela OGX Ltda. à OGX Austria em espécie.

Covenants Financeiros

As Senior Unsecured Notes estão sujeitas a certas condições restritivas, tais como a imposição de limites a novos endividamentos, pagamentos a acionistas, venda ou oneração de ativos.

O principal parâmetro financeiro a ser observado para novos endividamentos ou pagamentos a acionistas é o endividamento líquido (desconsiderando determinadas dívidas e obrigações), cujo valor, considerando a nova dívida ou o pagamento aos acionistas, deve observar pelo menos um dos seguintes testes: (i) não pode superar o equivalente a US\$ 4 bilhões; ou (ii) não pode resultar em uma razão de endividamento líquido pelo EBITDA que supere 3,5 vezes.

O não cumprimento dessas condições restritivas poderá acarretar a antecipação de vencimento das Senior Unsecured Notes. A Administração da Companhia e de suas subsidiárias monitoram o cumprimento de tais condições restritivas de forma sistemática e constante, de modo a garantir seu atendimento. Todas as condições restritivas, bem como as demais obrigações assumidas em relação às Senior Unsecured Notes, vêm sendo adequadamente atendidas.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Refere-se, substancialmente aos montantes devidos aos parceiros Maersk e Perenco nas concessões não operadas pela Companhia ou suas controladas.

17. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

Provisão para obrigação de abandono futuro de campos de exploração e produção

Em setembro de 2011, quando da declaração de comercialidade, a Companhia por meio da sua Controlada OGX Maranhão constituiu a provisão para obrigação de abandono futuro (Asset Retirement Obligation - ARO) dos seus campos denominados Gavião Azul e Gavião Real, no bloco PN-T-68, na Bacia do Parnaíba. Tal provisão reflete os gastos estimados a serem incorridos no futuro quando os reservatórios associados a esses campos estiverem depletados e o campo for abandonado.

Em 31 de dezembro de 2011 o valor presente estimado como necessário para atender às obrigações com o abandono desses campos é de R\$ 11.743 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2010). Para compreensão da metodologia de contabilização do ARO, vide Nota Explicativa nº 3 (h).

Contingências

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia não era ré em litígios cuja expectativa de perda fosse considerada provável (perda maior que 50%) e, portanto, não foram constituídas provisões para contingências. Nas datas citadas a Companhia não era ré em litígios relevantes cujas perdas fossem consideradas possíveis.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ocorreram exercícios de opções de compra de ações do "Plano da Companhia" (vide Nota Explicativa nº 19), com integralizações de capital, conforme demonstrado abaixo:

	Quantidade de ações	Valor R\$
2011		
02/03/2011	110.300	857
07/04/2011	329.000	2.313
30/06/2011	89.100	388
13/07/2011	29.000	76
25/08/2011	31.500	222
	588.900	3.856
2010		
01/03/2010	284.200	1.672
02/05/2010	135.300	804
24/08/2010	74.000	245
18/10/2010	114.500	732
02/12/2010	549.500	3.994
	1.157.500	7.447

A tabela a seguir demonstra a composição do capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31/12/2011		Participação %
	Nº de ações ordinárias	Valor R\$	
Acionista			
Centennial Asset (*)	1.978.470.568	61,19	
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	1.255.279.932	38,81	
	3.233.750.500	100,00	
31/12/2010			
Acionista			
Centennial Asset (*)	1.980.202.597	61,25	
Outros (acionistas com participação individual inferior a 5%)	1.252.959.003	38,75	
	3.233.161.600	100,00	



Os prazos previstos para exercício de tais opções de compra de ações estão apresentados no quadro a seguir:

Ano da outorga	Ano previsto de exercício										Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
2008	310.400	181.920	602.860	602.860	602.860	-	-	-	-	-	2.300.900
2009	14.500	262.050	903.041	1.243.251	1.286.760	1.213.960	872.141	630.897	-	-	6.426.600
2010	-	-	744.709	860.003	860.004	860.004	1.350.094	1.350.094	1.350.092	-	7.375.000
2011	-	-	-	1.044.445	1.044.439	1.044.420	1.044.420	1.608.419	1.522.279	1.522.278	8.830.700
Total	324.900	443.970	2.250.610	3.750.559	3.794.063	3.118.384	3.266.655	3.589.410	2.872.371	1.522.278	24.933.200

O valor justo dessas opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes* com base nas seguintes premissas:

Planos de opções de compra de ações- <i>Fair value original</i>	Ano previsto de exercício			
	2008	2009	2010	2011
Total de opções originalmente concedidas, menos canceladas e anuladas	3.108.800	7.216.100	7.474.300	8.830.700
Preço médio de exercício da opção (R\$)	5,58	6,54	14,16	11,77
Valor justo médio da opção na data da concessão (R\$)	2,82	5,30	8,89	6,14
Volatilidade média estimada do preço da ação	27,01% à 41,82%	30,65% à 46,37%	19,60% à 34,65%	19,26% à 31,76%
Dividendo esperado	0,001%	0,001%	0,001%	0,001%
Taxa média de retorno livre de risco	8,14% à 10,02%	4,81% à 7,39%	4,69% à 6,80%	4,03% à 6,96%
Duração da opção (em anos)	5	5 à 7	7	5 à 7

Planos de opções de compra de ações- <i>Fair value Incremental</i>	Ano previsto de exercício			
	2008	2009	2010	2011
Total de opções originalmente concedidas, menos canceladas, anuladas e exercidas até a data de modificação	2.286.400	6.410.600	7.375.000	8.830.700
Preço médio de exercício da opção (R\$)	2,78	3,66	6,37	5,89
Valor justo incremental médio da opção na data da concessão (R\$)	1,59	2,56	4,38	4,13
Volatilidade média estimada do preço da ação	16,90% à 17,65%	19,14% à 21,58%	21,38% à 24,37%	24,31% à 26,78%
Dividendo esperado	0,001%	0,001%	0,001%	0,001%
Taxa média de retorno livre de risco	8,19% à 8,32%	6,44% à 7,47%	5,37% à 5,83%	4,45% à 5,93%
Duração da opção (em anos)	5	5 à 7	7	5 à 7

A única condição imposta pela Companhia para que seus administradores, executivos e colaboradores possam exercer as suas opções é que permaneçam na Companhia até adquirirem o direito ao exercício da opção (*vesting period*).

Os impactos contábeis associados às opções de compra de ações outorgadas pela Companhia estão apresentados nesta Nota Explicativa, na seção "Impactos contábeis dos planos de opção de compra de ações".

Opções outorgadas pelo Acionista Controlador ("Plano do Controlador")

De forma a incentivar os principais executivos da Companhia e suas controladas e motivá-los a alcançar resultados de longo prazo, o Acionista Controlador outorgou opções em favor de todos os diretores e dos principais colaboradores para compra de ações da Companhia, de sua titularidade. Estas opções não resultarão em diluição dos demais investidores.

Através desse plano o Acionista Controlador concede aos outorgados a opção de compra de uma quantidade pré-definida de ações de sua titularidade que compõem o capital social da OGX, em um prazo que pode variar de 5 a 7 anos, dependendo do contrato. Durante esse prazo os outorgados podem exercer as opções através de *vestings* anuais, estando sujeitos apenas às restrições de venda que constam dos contratos de opção de compra de ações (ex. períodos de *black out*).

A variação na quantidade de opções, outorgadas pelo Acionista Controlador da OGX, durante o exercício de 2011 está apresentada a seguir:

Opções em circulação em 31 de dezembro de 2010	Quantidade de opções de compra		Preço de exercício médio ponderado (R\$)	
	2008	2009	2010	2011
Concedidas	43.957.150	-	-	0,18
Exercidas	700.000	-	-	0,25
Canceladas e anuladas (<i>forfeiture</i>)	(5.462.000)	-	-	0,26
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2011	34.649.500	-	-	0,18

Os prazos previstos para o exercício de tais opções de compra de ações estão apresentados no quadro a seguir:

Ano da outorga	Ano previsto de exercício										Total	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017		2018
2007	-	-	-	9.574.700	8.188.500	8.164.600	7.251.700	-	-	-	-	33.179.500
2008	-	-	-	31.600	197.900	198.900	170.600	171.000	-	-	-	770.000
2011	-	-	-	-	164.290	164.285	164.285	164.285	14.285	14.285	14.285	700.000
Total	-	-	-	9.606.300	8.550.690	8.527.785	7.586.585	335.285	14.285	14.285	14.285	34.649.500

O valor justo das opções de compra de ações foi estimado na data de concessão das opções, utilizando-se o modelo de precificação de opções *Black-Scholes*, com base nas seguintes premissas:

Planos de opções de compra de ações	Ano previsto de exercício				
	2007	2008	2009	2010	2011
Total de opções originalmente concedidas menos canceladas e anuladas	66.832.900	1.430.400	-	-	700.000
Preço médio de exercício da opção (R\$)	0,17	0,26	-	-	0,25
Valor justo médio da opção na data da concessão (R\$)	7,44	7,7	-	-	13,66
Volatilidade média estimada do preço da ação	24,78% à 31,77%	26,67% à 34,39%	-	-	19,38% à 31,46%
Dividendo esperado	0,001%	0,001%	-	-	0,001%
Taxa média de retorno livre de risco	3,85% à 5,08%	3,1% à 5,13%	-	-	0,75% à 2,69%
Duração da opção (em anos)	5 à 7	5 à 7	-	-	4 à 7

A única condição imposta pelo Acionista Controlador para que os outorgados possam exercer as suas opções é que permaneçam na Companhia até adquirirem o direito ao exercício da opção (*vesting period*).

Os impactos contábeis associados às opções de compra de ações outorgadas pelo Acionista Controlador estão apresentados nesta Nota Explicativa, na seção "Impacto contábeis dos planos de opção de compra de ações".

Impactos contábeis dos planos de opção de compra de ações:

Os impactos contábeis associados a novas outorgas, sua apropriação, cancelamentos e anulações, bem como ao exercício das opções por parte dos outorgados está apresentado no quadro abaixo:

	"Plano da Companhia"		"Plano do Controlador"		Total
	2008	2009	2010	2011	
Valor justo acumulado em 31 de dezembro de 2010	29.189	-	195.067	-	224.256
Concedidas e apropriadas	36.404	-	53.481	-	89.885
Canceladas e anuladas	(4.079)	-	(42.263)	-	(46.342)
Exercidas	(1.434)	-	(5.701)	-	(7.135)
Fair value incremental	13.445	-	-	-	13.445
Valor justo acumulado em 31 de dezembro de 2011	73.525	-	200.584	-	274.109

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os principais gastos incorridos estão demonstrados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com pessoal	1.656	1.905	157.213	89.252
Plano de opção de ações da Companhia	-	-	45.770	19.561
Plano de opção de ações do controlador	-	-	11.219	126.473
Despesas com escritório	14.161	7.406	28.656	18.729
Compartilhamento de recursos administrativos	-	-	17.003	11.604
Prestação de serviços técnicos	2.774	1.651	7.383	26.240
Doações	35.439	23.807	39.332	25.315
Outros	827	536	1.588	1.898
Total	54.988	35.305	308.164	319.072

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas financeiras	-	-	(196.609)	-
Juros/Encargos sobre financiamento	-	-	(308)	-
Juros sobre provisão para abandono	(18)	(18)	(1.750)	(109)
Juros diversos	-	-	(6.180)	-
Amortização do custo de captação do <i>Senior Unsecured Notes</i>	-	-	(84)	(45)
Variações monetárias passivas	(91)	(43)	(1.949.939)	(8.270)
Variações cambiais passivas	-	-	(358.310)	(427.317)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(124)	(123)	(11.922)	(164)
Outros	(233)	(184)	(2.525.102)	(435.905)
Receitas financeiras	2.812	3.247	33.620	16.265
Juros	606	109	1.878.295	11.821
Variações cambiais ativas	-	-	932	3.989
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	-	-	234.673	74.962
Variações no MTM dos derivativos	72.413	74.477	383.055	585.436
Rendimento de aplicações financeiras	17	-	647	1.938
Outros	75.848	77.833	2.531.222	694.411
Resultado financeiro líquido	75.615	77.649	6.120	258.506

22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e os Diretores.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2011, foi fixado o limite de remuneração fixa global anual dos administradores da Companhia, para o exercício de 2011 em até R\$ 9.500 (R\$ 9.000 para o exercício de 2010), excluindo-se a remuneração baseada em ações.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 está apresentado no quadro abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Benefícios de curto prazo:	-	-
Administradores (pró-labore)	5.825	5.299
Conselho de administração (honorários)	1.256	1.254
Comitê de auditoria (honorários)	180	168
Subtotal	7.261	6.721
Remuneração baseada em ações	11.180	95.082
Total	18.441	101.803

A quantidade total de opções de compra de ações outorgadas em favor dos administradores e Conselho de Administração da Companhia, até o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 é de 41.845.250, sendo que 41.265.250 opções foram outorgadas pelo acionista controlador final e 580.000 opções foram outorgadas pela Companhia.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

a. Programa Exploratório Mínimo ("PEM")

A Companhia e suas controladas assumiram o compromisso de cumprir o PEM que compreende a perfuração de poços exploratórios, aquisição, o processamento e reprocessamento de dados sísmicos.

Em 31 de dezembro de 2011 o PEM a ser cumprido ou confirmado perante a ANP está apresentado no quadro abaixo:

PEM com fiança - Brasil (i)	Valores em R\$ mil				
	Saldo em 31/12/2010	Adição	Baixas	Substituição por seguro garantia	Saldo em 31/12/2011
Bacia					
Campos	288.471	7.495	(59.340)	(229.131)	7.495
Espírito Santo	53.424	-	(16.488)	(36.936)	-
Pará-Maranhão	48.204	-	(8.316)	(39.888)	-
Parnaíba	78.600	-	(48.900)	-	29.700
Santos	149.832	-	-	(149.832)	-
Total	618.531	7.495	(133.044)	(455.787)	37.195
PEM com seguro garantia - Brasil					
Bacia					
Campos	-	136.289	(38.556)	229.131	326.864
Espírito Santo	-	-	-	36.936	36.936
Pará-Maranhão	-	-	-	39.888	39.888
Parnaíba	-	13.440	-	-	13.440
Santos	-	150.975	(74.808)	149.832	225.999
Total	-	300.704	(113.364)	455.787	643.127

PEM / PEA com fiança - Colômbia	Valores em US\$ mil				
	Saldo em 31/12/2010	Adição	Baixas	Substituição por seguro garantia	Saldo em 31/12/2011
Bacia					
Vale Médio Madalena	100	3.859	-	-	3.959
Vale Inferior Madalena	200	-	-	-	200
Cesar Rancheria	6.000	-	-	-	6.000
Total	6.300	3.859	-	-	10.159

(i) Refere-se à parcela do PEM que possui depósito vinculado. Em 2010, uma parcela de R\$ 16.268, do saldo liberado em função do cumprimento do primeiro período exploratório do PEM não foi resgatada de depósito vinculado.

b. Arrendamento mercantil operacional (arrendatária)

Navio flutuante de produção, armazenamento e descarga (FPSO OSX-1) arrendado da companhia ligada OSX-1 BV.

A controlada OGX Ltda. possui um contrato de afretamento de navio flutuante de produção, armazenamento e descarga com a companhia ligada OSX-1 BV (arrendadora), ("Contrato de Afretamento"), firmado em 26 de fevereiro de 2010.

O Contrato de Afretamento tem vigência de 20 anos a contar da data da finalização das obras do OSX-1, com vistas a adequá-lo às características da área de concessão da OGX Ltda. em que tal unidade será utilizada.

O Contrato de Afretamento é celebrado na modalidade *bareboat*, pelo que a OSX 1 BV se obriga apenas a disponibilizar o OSX-1 à OGX Ltda., a quem incumbe responsabilidade integral pela retirada do OSX-1, sua operação e conservação durante o período do afretamento, e devolução à OSX 1 BV ao final do termo contratual. Conforme previsto no Contrato de Afretamento e consoante as disposições do Acordo, a operação e manutenção do OSX-1 serão contratadas pela OGX Ltda. junto à OSX Serviços, também uma companhia ligada.

O Contrato de Afretamento será remunerado por alugueis pagos em bases mensais pela OGX Ltda. à OSX 1 BV, sendo o aluguel médio diário devido durante o período do afretamento equivalente, em média, a US\$263.000, reajustado de acordo com índice inflacionário do setor. Sem prejuízo de tal valor médio, o Contrato de Afretamento prevê valores diários de aluguel variáveis durante o período do afretamento, com vistas a adequar o fluxo de recebimentos da OSX 1 BV aos pagamentos de financiamento e demais obrigações da empresa. Poderão ainda ser cobrados alugueis suplementares caso a OSX 1 BV comprove ter incorrido em gastos, despesas e indenizações adicionais, especialmente com relação a partes e peças de reposição, conforme venha a ser acordado entre as partes.

Caso seja verificada uma ineficiência operacional do OSX-1 em nível inferior a 97% durante qualquer período de vigência do Contrato de Afretamento, a OSX 1 BV ou a OSX Leasing Group BV poderão ser chamadas a pagar parte dos alugueis de maneira a compensar tal ineficiência operacional.

Os pagamentos futuros mínimos, descontados a valor presente estão estimados da seguinte forma:

	Pagamentos futuros mínimos
Até um ano	153.618
De um até cinco anos	400.788
Mais de cinco anos	487.494
	1.041.900

c. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia, por meio de suas controladas OGX Ltda., OGX BV e OGX Maranhão, mantinha contratos com fornecedores de materiais e serviços de grande porte, chave para suas operações, conforme a seguir:

Objeto	Fornecedor	Denominação	Prazo	Início
Plataforma semi-submersível	Diamond	Ocean Ambassador	Set/12	Set/09
		Ocean Lexington	Fev/13	



24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção (*hedge*) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) que obedece à estratégia aprovada pelo Conselho de Administração e formalizada em política de gerenciamento de risco.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado e expectativas futuras. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos financeiros Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	458.170	3.094	5.367.451	4.080.107
Títulos e Valores Mobiliários	313	73.260	52.290	73.260
Depósitos Vinculados	37.195	634.799	39.039	634.799
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.879	-
Créditos com partes relacionadas	-	-	139.386	18.551
	<u>495.678</u>	<u>711.153</u>	<u>5.607.045</u>	<u>4.806.717</u>
Instrumentos financeiros Passivos				
Fornecedores	(1.074)	(502)	(431.931)	(446.907)
Salários e encargos trabalhistas	-	-	(54.507)	(29.208)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(4.772.414)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(225.794)
Débitos com partes relacionadas	-	-	(96.693)	(11.758)
Outras contas a pagar	(992)	(261)	(87.807)	(11.426)
	<u>(2.066)</u>	<u>(763)</u>	<u>(5.443.352)</u>	<u>(725.093)</u>

a. Riscos

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

i. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam o relatório *RISKBank*, da consultoria Lopes Filho e Associados, que tem por objetivo classificar e acompanhar sistematicamente o risco e a performance de cada banco.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Quadro de risco de crédito Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	458.170	3.094	5.367.451	4.080.107
Títulos e valores mobiliários	313	73.260	52.290	73.260
Depósito Vinculado	37.195	634.799	39.039	634.799
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.879	-

O quadro abaixo demonstra as instituições financeiras com as quais a Companhia e suas controladas operam e a respectiva classificação de risco com base no índice *RISKBank*. Os montantes aplicados em cada uma dessas instituições financeiras podem ser vistos nas Notas Explicativas nº 5, 6 e 7.

Banco	Classificação de Risco	31/12/2011	31/12/2010
		Índice <i>RiskBank</i>	Índice <i>RiskBank</i>
BRADESCO	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	11,53	11,47
BTG PACTUAL	BAIXO RISCO PARA MÉDIO PRAZO	11,19	10,41
CITIBANK	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	10,74	10,11
CREDIT SUISSE (BRASIL)		10,24	11,20
HSBC BANK BRASIL	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	10,25	10,51
ITAÚ UNIBANCO	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	11,71	11,74
SAFRA	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO	11,20	11,42
SANTANDER (BRASIL)	(em monitoramento)	9,88	9,71
VOTORANTIM	BAIXO RISCO PARA LONGO PRAZO (-)	10,23	11,01

* Índice Riskbank divulgado em janeiro/12, com data-base setembro/11.

ii. Risco de mercado: taxa de câmbio

As seguintes taxas de câmbio, frente ao real, foram aplicadas durante o período:

	31/12/2011		31/12/2010	
	Taxa média	Taxa final	Taxa média	Taxa final
Dólar (US\$)	1,6746	1,8758	1,7593	1,6662
Euro (EUR)	2,3278	2,4342	2,3324	2,2218

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada OGX Ltda. adotaram uma política de controle de risco cambial visando minimizar os impactos decorrentes da flutuação do câmbio sobre suas obrigações relativas a investimentos de capital ("Capex") predominantemente denominados na moeda norte-americana, ante seus recursos, que se encontravam aplicados em Reais. Essa política prevê a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção e não permite alavancagem com fins especulativos.

A política de contratação de operações de derivativos prevê os seguintes limites:

- Para valores efetivamente comprometidos ou contratados, nos quais já existam contratos firmados com fornecedores, pode ser adotada a posição de cobertura de até 100%, independentemente do prazo da exposição.
- Para valores estimados, pode ser adotada posição com prazo de cobertura limitado a doze meses e posição de cobertura inferior a 100%, ponderada com base em perspectiva conservadora de realização.

Neste contexto, a Companhia e sua controlada OGX Ltda. realizaram operações com derivativos, cuja modalidade de proteção predominantemente utilizada foi a contratação de NDFs ("Non Deliverable Forwards"), que consiste na negociação a termo sem entrega física de moeda, para minimizar o impacto dos desdobramentos cambiais. Esta operação não gera custo inicial para a Companhia e sua controlada OGX Ltda..

Tais operações estão sendo gradativamente liquidadas, não sendo renovadas, face à atual disponibilidade de recursos, oriundos da emissão de *Bonds*, aplicados em dólares norte-americanos.

A metodologia de cálculo do valor justo das operações com NDFs considera a diferença entre o valor presente da ponta ativa e o da ponta passiva, estimados através do desconto dos fluxos de caixa pela taxa de juros da moeda em que o *hedge* é denominado.

A forma algébrica para o cálculo do referido valor justo pode ser entendida conforme descrito abaixo:

(a) O valor de referência (em moeda estrangeira) é multiplicado pela taxa de câmbio originalmente contratada para o vencimento. A partir do montante em Reais, e baseado na curva de juros pré (negociada na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo - "BM&F"), calcula-se o valor presente pelo período remanescente do vencimento da operação em dias úteis.

(b) O mesmo valor de referência é trazido a valor presente pela curva de Cupom cambial ("Forward Rate Agreement") negociada na BM&F, pelo prazo remanescente até o vencimento da operação em dias corridos. O resultado é multiplicado pela Ptax-800 de fechamento da data base (conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil - "BACEN").

O valor justo do instrumento financeiro - MtM ("Mark to Market") - em Reais será a diferença entre (a) e (b) acima. Se (a) for maior que (b) há um aumento da despesa financeira e se (b) for maior que (a) há um aumento da receita financeira.

Nas operações contratadas, os vencimentos utilizados ocorrem sempre no primeiro dia útil do mês.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e sua controlada OGX Ltda. possuiam US\$ 54.600 mil (US\$1.660,5 bilhão em 31 de dezembro de 2010) contratados em operações de NDFs.

Quadro consolidado dos instrumentos financeiros derivativos

	Vencimento	Valor de referência (US\$ mil)		Valor justo (R\$ mil)	
		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
OGX Ltda. Contratos de NDF:					
Bradesco	-	-	295.400	-	(53.106)
BTG Pactual	Jan/12	7.400	190.000	50	(18.506)
Citibank	-	-	145.100	-	(12.408)
Goldman Sachs	-	-	200.000	-	(18.127)
HSBC	-	-	280.000	-	(41.059)
Itaú BBA	Fev/12	29.400	80.000	5.122	(7.854)
Morgan Stanley	-	-	260.000	-	(33.109)
Santander	Fev/12	17.800	170.000	3.707	(33.625)
Votorantim	-	-	40.000	-	(8.000)
Total		<u>54.600</u>	<u>1.660.500</u>	<u>8.879</u>	<u>(225.794)</u>

Para os instrumentos financeiros derivativos vigentes não há exigência de margem de garantia prevista nos contratos. As operações são devidamente registradas na CETIP S.A..

No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, o resultado negativo com instrumentos financeiros derivativos foi de R\$ 357.378 em perdas líquidas realizadas (R\$ 423.328 em perdas líquidas realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2010).

Exposição cambial líquida

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a exposição cambial líquida é demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Valores apresentados em Reais (R\$)		
Ativo	3.348.729	32.034
Ativo circulante	3.062.483	32.034
Caixa e equivalentes de caixa (i)	3.062.457	3.184
Outros ativos circulantes	26	28.850
Ativo não-circulante	286.247	-
Realizável a longo prazo (ii)	138.189	-
Imobilizado (iii)	148.058	-
Passivo	4.843.199	9.228
Passivo circulante (iv)	93.095	9.228
Passivo não-circulante (v)	4.750.114	-
Ativos e passivos líquidos, em moeda estrangeira	(1.494.470)	22.806

Instrumentos financeiros derivativos (notional)

(i) Em 2011 refere-se substancialmente (31/12/2010: R\$ 0) ao saldo de equivalentes de caixa mantido em dólares oriundo da emissão do *Senior Unsecured Notes*.

(ii) Em 2011 refere-se aos adiantamentos feitos a ligada OSX-1 Leasing B.V., vide Nota Explicativa nº 13.

(iii) Em 2011 refere-se na sua totalidade a adiantamentos para aquisição de árvores de natal molhadas e outros equipamentos *subsea* efetuados pela OGX Netherlands.

(iv) Refere-se substancialmente a: (a) juros, líquidos do custo da transação, associados ao *Senior Unsecured Notes* (31/12/2011: R\$ 22.301; 31/12/2010: R\$ 0); (b) saldo do passivo com a ligada OSX-1 Leasing B.V. (31/12/2011: R\$ 57.754; 31/12/2010: R\$ 9.147), vide Nota Explicativa nº 13; (c) passivos das controladas no exterior denominados em moedas estrangeiras.

(v) Em 2011 refere-se integralmente (31/12/2010: R\$ 0) ao principal do *Senior Unsecured Notes*.

Análise de sensibilidade para risco cambial

A OGX e suas controladas elaboraram quatro cenários de sensibilidade, com o objetivo de explicitar os possíveis impactos que flutuações na taxa de câmbio (principal fator de risco) poderiam vir a gerar nos seus fluxos de caixa e posição patrimonial.

Os cenários definidos nesta análise foram:

- Cenário (Base): foram consideradas as curvas e taxas de câmbio de 31 de dezembro de 2011;

- Cenário I (depreciação do R\$ perante o US\$ - em 25%);

- Cenário II (depreciação do R\$ perante o US\$ - em 50%);

- Cenário III (apreciação do R\$ perante o US\$ - em 25%);

- Cenário IV (apreciação do R\$ perante o US\$ - em 50%);

A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade das operações com instrumentos financeiros derivativos e do saldo líquido de ativos e passivos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2011. Os valores positivos representam receitas e os negativos correspondem a despesas.

	Valor de referência (US\$ mil)	MTM (US\$ mil)	Cenário I (R\$ mil)	Cenário II (R\$ mil)	Cenário III (R\$ mil)	Cenário IV (R\$ mil)
NDFs	54.600	8.879	30.800	52.771	(35.114)	(35.114)
Ativos e passivos líquidos em moeda estrangeira	(796.711) (*)		(373.618)	(747.235)	373.618	747.235
Total (**)	(742.111)		(342.818)	(694.464)	338.504	712.121

(*) Corresponde aos R\$ 1.494.470 apresentados na seção de "exposição cambial líquida", na Nota Explicativa 24 (a) (ii), convertidos para US\$ pela taxa de fechamento de dezembro (1,8758).

(**) Conforme demonstrado na seção de "exposição cambial líquida", na Nota Explicativa 24 (a) (ii), o saldo de ativo e passivos líquidos é negativo (dívida líquida), sobretudo em função do "passivo não circulante" que corresponde ao principal do "*Senior Unsecured Notes*" (Nota Explicativa nº 15), cujo vencimento ocorrerá em 01 de junho de 2018. A Companhia optou por não contratar instrumento financeiro de proteção dessa exposição contábil, pois, pretende liquidar esse passivo em moeda estrangeira (US\$) através da receita a ser auferida em moeda estrangeira (US\$) com a venda do óleo, cuja produção começou em 31 de janeiro de 2012 (vide Nota Explicativa nº 28). Dessa forma, a "exposição cambial líquida" em questão estará protegida por um *hedge* natural a ser gerado quando da venda do óleo.

Value at Risk (VaR) das operações

A Companhia e sua controlada OGX Ltda. utilizam o conceito de "Value at Risk" (VaR) para o cálculo da perda máxima potencializada de suas operações de derivativos. O conceito VaR Paramétrico trata do cálculo de perda potencial ao longo de um intervalo de tempo, sob condições de mercado e dentro de determinado nível de confiança. O VaR é uma medida estatística que foi desenvolvida através das estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. A distribuição dos valores de retorno dos fatores de risco normal tem como premissa um nível de confiança de 95% e *Holding Period* (Intervalo de tempo) de 1 dia.

	31/12/2011	
	Valor de referência (US\$ mil)	VaR (Value at risk) (R\$ mil)
NDF US\$/BRL	54.600	(1.237)
	<u>31/12/2010</u>	<u>(21.557)</u>

iii. Risco de Mercado: taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas pré ou pós fixadas, conforme detalhamento nas Notas Explicativas nº 5, 6 e 7 e em determinadas circunstâncias, podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não havia nenhum *hedge* contratado para o risco da taxa de juros.

iv. Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários em volume e condições de liquidar as suas obrigações.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Consolidado - 31/12/2011				Total
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 4 anos	Mais de 4 anos	
Fornecedores	431.931	-	-	-	431.931
Salários e encargos trabalhistas	54.507	-	-	-	54.507
Empréstimos e financiamentos (*)	193.708	204.326	1.225.957	5.839.853	7.463.844
Débitos com partes relacionadas	96.693	-	-	-	96.693
Outras contas a pagar	87.807	-	-	-	87.807
Total	<u>864.646</u>	<u>204.326</u>	<u>1.225.957</u>	<u>5.839.853</u>	<u>8.134.782</u>

	Consolidado - 31/12/2010				Total
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 4 anos	Mais de 4 anos	
Fornecedores	446.907	-	-	-	446.907
Salários e encargos trabalhistas	29.208	-	-	-	29.208
Instrumentos financeiros derivativos	127.677	98.117	-	-	225.794
Débitos com partes relacionadas	11.758	-	-	-	11.758
Outras contas a pagar	11.426	-	-	-	11.426
Total	<u>626.976</u>	<u>98.117</u>	-	-	<u>725.093</u>

(*) Considera os juros que serão provisionados durante o prazo dos empréstimos e financiamentos.

b. Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Encontra-se a seguir uma comparação, por nível de classificação de valor justo, entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações financeiras.



	Valor contábil				Nível	Valor justo			
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Instrumentos financeiros Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa (i)	458.170	3.094	5.367.451	4.080.107	2	458.170	3.094	5.367.451	4.080.107
Títulos e Valores									
Mobiliários	313	73.260	52.290	73.260	2	313	73.260	52.290	73.260
Depósitos Vinculados	37.195	634.799	39.039	634.799	2	37.195	634.799	39.039	634.799
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	8.879	-	2	-	-	8.879	-
Créditos com partes relacionadas	-	-	139.386	18.551	-	-	-	139.386	18.551
	<u>495.678</u>	<u>711.153</u>	<u>5.607.045</u>	<u>4.806.717</u>		<u>495.678</u>	<u>711.153</u>	<u>5.607.045</u>	<u>4.806.717</u>
Passivos									
Fornecedores	(1.074)	(502)	(431.931)	(446.907)		(1.074)	(502)	(431.931)	(446.907)
Salários e encargos trabalhistas	-	-	(54.507)	(29.208)		-	-	(54.507)	(29.208)
Empréstimos e financiamentos	-	-	(4.772.414)	-		-	-	(4.826.542)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(225.794)	2	-	-	-	(225.794)
Débitos com partes relacionadas	-	-	(96.693)	(11.758)		-	-	(96.693)	(11.758)
Outras contas a pagar	(992)	(261)	(87.807)	(11.426)		(992)	(261)	(87.807)	(11.426)
	<u>(2.066)</u>	<u>(763)</u>	<u>(5.443.352)</u>	<u>(725.093)</u>		<u>(2.066)</u>	<u>(763)</u>	<u>(5.497.480)</u>	<u>(725.093)</u>

(i) Não inclui o saldo de caixa, apenas de equivalentes de caixa.

Resaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. A Companhia e suas controladas consideram que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

A Companhia contratou os seguintes seguros com vigência a partir de 16 de setembro de 2009, quando teve início sua campanha exploratória: Danos Materiais visando à cobertura dos ativos da OGX e de terceiros sob responsabilidade da Companhia; Responsabilidade Civil contra danos a terceiros; Seguro de Controle de Poço, que dá cobertura para ocorrência de acidentes tais como *kick* e *blowout*, erupção do poço devido ao descontrole de sua pressão, que pode levar ao abandono do mesmo; Seguro de construção (*builder Risk*) para o sistema de produção. O programa de seguros da companhia possui suporte de sólidos mercados internacionais, na sua maioria parte do Lloyd's. As apólices foram emitidas localmente pela Itaú XL Seguros Corporativos e Zurich Brasil Seguros.

Em 2011 a Companhia contratou, conforme requerido pela ANP, seguros-garantia para cobertura do 1º período exploratório do PEM, em substituição as fianças bancárias emitidas anteriormente. Adicionalmente, contratou seguros-garantia para o 2º período exploratório do PEM. Vide Nota Explicativa nº 24. As apólices foram emitidas pela J. Malucelli Seguradora e pela Fator Seguradora.

Em 31 de dezembro de 2011, os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Seguros/modalidade	Importâncias seguradas
Campanha exploratória	US\$'000
Controle de poço da Bacia de Santos (Offshore)	250.000
Controle de poço da Bacia do Pará-Maranhão (Offshore)	180.000
Controle de poço da Bacia de Campos (Offshore)	125.000
Controle de poço da Bacia do Parnaíba (Onshore)	60.000
Responsabilidade civil geral e danos morais referente à operação de exploração de petróleo e gás (Offshore)	100.000
Responsabilidade civil geral e danos morais referente à operação de exploração de petróleo e gás (Onshore)	25.000
Danos materiais a bens e equipamentos referentes à operação de exploração de Petróleo e Gás (Offshore)	72.000
Construção do sistema de produção (Waimea)	142.574
Responsabilidade Civil da construção do sistema de produção (Waimea)	10.000
Demais Seguros	R\$'000
Seguro-garantia do PEM (Offshore)	629.687
Seguro-garantia do PEM (Onshore)	13.440
Responsabilidade civil dos administradores - D&O	200.000
Responsabilidade civil geral e danos morais	30.000
Danos materiais dos escritórios	9.600
Automóvel (frota executivos)	(Danos materiais e danos corporais)

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento foram preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8 e estão sendo apresentadas em relação aos negócios da Companhia e suas controladas, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas.

A Administração da Companhia considera que há apenas uma atividade de negócios: a de exploração e produção de petróleo e gás natural. A Companhia e suas controladas estão segmentadas operacionalmente de acordo com a localização dos blocos exploratórios por bacia (segmento geológico), sujeitas a diferentes riscos e remunerações.

Na apresentação das informações por segmentos operacionais os principais alocados aos segmentos são: (a) recebíveis nas *joint-ventures*; (b) intangíveis; (c) imobilizado de E&P; (d) créditos com coligadas; (e) fornecedores de E&P; (f) contas a pagar aos parceiros nas *joint-ventures*; (g) provisão para obrigação de abandono; (h) débitos com coligadas; (i) despesas de exploração. Os principais saldos não alocados aos segmentos operacionais e alocados ao segmento corporativo são: (a) caixa e equivalentes de caixa; (b) títulos e valores mobiliários; (c) depósitos vinculados; (d) empréstimos e financiamentos; (e) patrimônio líquido; (f) despesas gerais e administrativas; (g) resultado financeiro; (h) IR/CS. Os itens dos segmentos são baseados na localização geológica dos ativos intangíveis. Como as controladas OGX Ltda. e OGX Maranhão ainda estão em fase pré-operacional não há receitas por segmento a serem apresentadas. As informações por segmento estão apresentadas a seguir:

Balancos por segmento

Em 31 de dezembro de 2011	Bacias							Corporativo	Consolidado
	Campos	Pará-Maranhão	Santos	Espirito Santo	Parnaíba	Colômbia			
Ativo									
Ativo circulante	70.674	38	-	48	18.493	1.816	5.482.661	5.573.730	
Ativo não circulante	83.342	69.610	6.422	18.239	48.281	-	865.066	1.090.960	
Imobilizado	76.590	-	-	-	71.124	400	128.742	276.856	
Intangível	5.127.174	18.555	1.953.224	102.316	154.945	785	51.652	7.408.651	
Total do ativo	<u>5.357.780</u>	<u>88.203</u>	<u>1.959.646</u>	<u>120.603</u>	<u>292.843</u>	<u>3.001</u>	<u>6.528.121</u>	<u>14.350.197</u>	
Passivo									
Passivo circulante	288.521	4.205	67.668	38.903	32.741	2.588	284.682	719.308	
Passivo não circulante	96.382	1.464	2.795	2.837	11.743	-	4.646.635	4.761.856	
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	8.869.033	8.869.033	
Total passivo e patrimônio líquido	<u>384.903</u>	<u>5.669</u>	<u>70.463</u>	<u>41.740</u>	<u>44.484</u>	<u>2.588</u>	<u>13.800.350</u>	<u>14.350.197</u>	

Em 31 de dezembro de 2010	Bacias							Corporativo	Consolidado
	Campos	Pará-Maranhão	Santos	Espirito Santo	Parnaíba	Colômbia			
Ativo									
Ativo circulante	-	-	-	-	3.184	-	5.080.324	5.083.508	
Ativo não circulante	19.338	-	2.240	1.725	40	-	264.641	287.984	
Imobilizado	-	-	-	-	-	-	27.624	27.624	
Intangível	2.798.435	18.562	1.522.233	47.248	53.999	-	148.941	4.589.418	
Total do ativo	<u>2.817.773</u>	<u>18.562</u>	<u>1.524.273</u>	<u>48.973</u>	<u>57.223</u>	-	<u>5.521.530</u>	<u>9.988.534</u>	
Passivo									
Passivo circulante	23.366	-	3.653	5.331	-	-	704.628	736.978	
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	-	11.758	11.758	
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	9.239.798	9.239.798	
Total passivo e patrimônio líquido	<u>23.366</u>	<u>-</u>	<u>3.653</u>	<u>5.331</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.956.184</u>	<u>9.988.534</u>	

Demonstrações do resultado por segmento

Em 31 de dezembro de 2011	Bacias							Corporativo	Consolidado
	Campos	Pará-Maranhão	Santos	Espirito Santo	Parnaíba	Colômbia			
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas com exploração Administrativas e gerais	(87.782)	(197.978)	(5.137)	(12.572)	(122.361)	-	-	(425.830)	
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(87.782)	(197.978)	(5.137)	(12.572)	(122.361)	-	(308.164)	(733.994)	
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	32.216	467	927	-	1.524	-	2.496.088	2.531.222	
Despesas financeiras	(18.175)	(640)	(2.389)	-	(1.958)	-	(2.501.940)	(2.525.102)	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(73.741)	(198.151)	(6.599)	(12.572)	(122.795)	-	(314.016)	(727.874)	
Imposto de renda e contribuição social	39.318	68.321	4.176	5.080	44.128	-	56.966	217.989	
Prejuízo do exercício	<u>(34.423)</u>	<u>(129.830)</u>	<u>(2.423)</u>	<u>(7.492)</u>	<u>(78.667)</u>	<u>-</u>	<u>(257.050)</u>	<u>(509.885)</u>	

Em 31 de dezembro de 2010	Bacias							Corporativo	Consolidado
	Campos	Pará-Maranhão	Santos	Espirito Santo	Parnaíba	Colômbia			
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas com exploração Administrativas e gerais	(16.958)	(9.391)	(7.059)	(19.190)	(45.243)	-	-	(97.841)	
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(16.958)	(9.391)	(7.059)	(19.190)	(45.243)	-	(319.072)	(416.913)	
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	694.411	694.411	
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	(435.905)	(435.905)	
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(16.958)	(9.391)	(7.059)	(19.190)	(45.243)	-	(60.566)	(158.407)	
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	-	22.882	22.882	
Prejuízo do exercício	<u>(16.958)</u>	<u>(9.391)</u>	<u>(7.059)</u>	<u>(19.190)</u>	<u>(45.243)</u>	<u>-</u>	<u>(37.684)</u>	<u>(135.525)</u>	

27. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), as tabelas a seguir reconciliam o lucro (prejuízo) dos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

	Básico e diluído		31/12/2011	31/12/2010
	Numerador básico e diluído:	Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		
Denominador básico e diluído:			(482.165)	(123.477)
Média ponderada de ações			3.233.565.690	3.232.436.138
			<u>(0,14911)</u>	<u>(0,03820)</u>

Em 31 de dezembro de 2011, 24.933.200 opções de ações outorgadas pela Companhia (vide Nota Explicativa nº 19) não foram incluídas no cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo. Desta forma, em 31 de dezembro de 2011 não há diferenças entre o prejuízo por ação básico e o diluído.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Início da produção

Em 31 de janeiro de 2012, em pouco mais de dois anos da descoberta, a Companhia produziu o seu primeiro óleo no Teste de Longa Duração (TLD) realizado na acumulação de Waimea (Bloco BM-C-41), localizada na Bacia de Campos. O TLD de Waimea marca o início da geração de caixa da Companhia com a venda de duas cargas para a Shell, que totalizam 1,2 milhão de barris a um preço de venda correspondente a *Brent* menos um desconto de US\$ 5,5 por barril. Atualmente, a Companhia vem testando diferentes níveis de vazão entre 10-20 mil barris por dia buscando gradativamente estabilizar a produção do poço num ponto ótimo. A comercialidade de Waimea deverá ser declarada após a obtenção de dados adicionais e conclusivos do reservatório, o que deve ocorrer durante o primeiro semestre. Em sequência, a Companhia espera conectar dois poços horizontais adicionais que podem elevar a produção para níveis entre 40-50 mil barris por dia ao longo do 2º semestre de 2012. A acumulação de Waimea, que foi descoberta em dezembro de 2009, é a primeira a iniciar a produção pela OGX na bacia de Campos, devendo ser seguida por Waikiki já em 2013, intensificando o desenvolvimento da região.

Financiamento para o desenvolvimento dos campos de Gavião Real e Gavião Azul

Em janeiro de 2012 a OGX Maranhão captou R\$ 600.000 para o desenvolvimento dos campos de Gavião Real e Gavião Azul, na Bacia do Parnaíba no Maranhão. O empréstimo ponte foi feito em parcelas idênticas pelos bancos Itaú BBA S.A., Banco Santander Brasil S.A. e Morgan Stanley Bank N.A..

Os recursos providos pelo Itaú BBA e pelo Santander Brasil foram captados através da emissão debêntures quirográficas, não conversíveis, com distribuição pública destinada a investidores qualificados, nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476. Em 13 de janeiro de 2012 foram emitidas 40.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 400.000 e vencimento em 13 de janeiro de 2014 e pagamento semestral de juros a partir de 13 de julho de 2012.

O financiamento junto ao Morgan Stanley foi obtido através da celebração de *Credit Agreement* em 13 de janeiro de 2012, nos termos da Resolução 4.131 do BACEN, em montante equivalente a R\$ 200.000. Essa captação também pagará juros semestrais a partir de 13 de julho de 2012, sendo o principal amortizado em 13 de janeiro de 2014.

O custo médio de captação do empréstimo ponte é CDI mais 2,3% a.a..

Farm in

Em 12 de março de 2012, a ANP aprovou a aquisição por parte da OGX Ltda. junto a Maersk de uma participação adicional de 20% nos blocos C-M-560 e C-M-591, áreas dos Contratos de Concessão BM-C-37 e BM-C-38, respectivamente. Com essa aquisição a participação da OGX Ltda. nos referidos blocos aumenta de 15% para 35% e a empresa passa a ser operadora de ambas as concessões. A participação da OGX Campos nas referidas concessões permanece em 35% e a participação da Maersk cai para 30%.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eike Fuhrken Batista - Presidente
Eliezer Batista da Silva
Cláudio Thomaz Lobo Sonder
Eduardo Karrer
Ellen Gracie Northfleet
Luiz do Amaral de França Pereira
Luiz Eduardo Guimarães Carneiro
Paulo Monteiro Barbosa Filho
Pedro Sampaio Malan
Rodolfo Riechert
Rodolpho Tourinho Neto
Samir Zraick

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Eike Fuhrken Batista - Diretor Presidente
Paulo Manuel Mendes Mendonça - Diretor Geral e de Exploração
Reinaldo José Belotti Vargas - Diretor de Produção
Marcelo Faber Torres - Diretor Financeiro e de Relação com Investidores
José Roberto Penna Chaves Faveret Cavalcanti - Diretor Jurídico

Joaquim Saboia
Gerente Geral Financeiro

Daniel Souto Meirelles da Silva Almeida Luiz
Contador Responsável
CRC-RJ nº 106422/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

OGX Petróleo e Gás Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas